



Mudança no superávit pode ser votada hoje pelo Congresso

Discussões, suspensões e protestos da oposição marcaram a sessão da Comissão Mista de Orçamento, que, no fim da noite, aprovou projeto enviado pelo governo para se ajustar à meta fiscal de 2014

Em meio a debate tenso, foi aprovado ontem relatório do senador Romero Jucá favorável a uma nova forma de calcular o superávit primário. A oposição cogita recorrer ao Supremo Tribunal Federal

para cancelar a votação e não descarta obstruir a sessão conjunta de hoje no Congresso que pode confirmar a decisão. O governo pretende descontar da meta R\$ 130 bilhões, equivalentes ao total de desonerações e do PAC. **12**



Valdemir Barreto/Agência Senado

Relatório de Romero Jucá (E) é aprovado por senadores e deputados em reunião marcada por fortes embates

CPI da Petrobras quebra sigilos de tesoureiro do PT

Por 12 votos a 11, a CPI definiu a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico de João Vaccari Neto, suposto operador do PT em esquema na Petrobras. Também decidiu ouvir os ex-diretores da estatal Renato Duque e Ildo Sauer e o presidente licenciado da Transpetro, Sérgio Machado. **5**

Aprovadas propostas de jovens senadores

O Plenário do Senado aprovou ontem dois projetos de lei originados de sugestões de estudantes que participaram do Projeto Jovem Senador em 2011. Também ontem

tomaram posse os 27 alunos de escolas públicas que integram a edição deste ano. Hoje eles começam a debater, em comissões, novas sugestões de projetos. **3 e 4**

Comissão avalia sugestões contra guerra fiscal **11**

Avança votação de emendas ao projeto de LDO **11**

Senado premia amanhã nomes da cultura negra **2**

Sessão especial combate violência contra mulher **2**

Debate analisa federalização do ensino básico **7**



Jefferson Rudy/Agência Senado

Projetos aprovados em sessão presidida pelo senador Renan Calheiros tratam de educação

Satélite brasileiro divide opiniões

O processo de construção e lançamento, pelo Brasil, do Satélite Geostacionário de Defesa e de Comunicação gerou polêmica ontem em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia. Parte dos

debatedores cobrou maior participação de profissionais do país no projeto. O encontro concluiu a série de debates sobre o Plano Nacional de Banda Larga, conduzida por Anibal Diniz. **8**



Reprodução

Nesta edição, encarte especial sobre os 40 anos da eleição de 1974

A bandeira brasileira está incorporada à cultura nacional, tornou-se um símbolo de nós mesmos. Compartilhamos nela nossa identidade. Além de um símbolo, um pertencer. Dia da Bandeira: o que nos une, nos fortalece. Faz parte da gente.

SENADO FEDERAL

Iniciativa de combate à violência será lançada hoje

Criada em 1991, a campanha 16 Dias pelo Fim da Violência contra a Mulher debate e denuncia as várias formas de agressão contra o sexo feminino. Atualmente, cerca de 150 países já aderiram

O CONGRESSO NACIONAL fará hoje sessão solene para celebrar o lançamento da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher. Criada em 1991, por iniciativa do Centro de Liderança Global de Mulheres (Center for Women's Global Leadership — CWGL), a campanha promove o debate e denuncia as várias formas de violência contra as mulheres no mundo.

— A gente vê o ato de violência contra a mulher como uma coisa inconcebível, mas infelizmente existe ainda hoje, até por uma questão cultural, que não é fácil de remover do dia para a noite — afirmou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Para o senador, todo cidadão, especialmente o homem público, tem a obrigação de participar do debate desse tipo de tema, e não ficar apenas numa posição de observação ou de elogio.



Período da campanha quer vincular os direitos humanos à não violência

Lídice da Mata (PSB-BA) concorda. Na visão da parlamentar, o Senado pode contribuir muito com a campanha.

— É fundamental que o Congresso, como um todo, se incorpore nessa campanha, que é mundial. É claro que uma Casa legislativa com o peso, com a importância do Senado não podia ficar de fora — disse.

O período escolhido para a mobilização se inicia em 25 de

novembro — Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher — e termina em 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Dessa forma, a campanha quer vincular a luta pela não violência contra as mulheres à defesa dos direitos humanos. Hoje, cerca de 150 países participam da iniciativa.

A sessão está marcada para as 10h, no Plenário do Senado.

Comenda Abdias Nascimento vai ser entregue amanhã

O Senado fará a entrega da primeira edição da Comenda Senador Abdias Nascimento em sessão especial amanhã, às 11h. Sete personalidades receberão a honraria, criada para agradecer nomes que se destacaram na proteção e na promoção da cultura afro-brasileira.

Os homenageados serão o ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça; os músicos Gilberto Gil e Martinho da Vila; a militante do movimento negro Edna Almeida Lourenço, conhecida como Ekdje Edna de Oiyá; o ator Milton Gonçalves; o professor Silvio Humberto dos Passos Cunha, da Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia; e, in memoriam, o pescador Francisco José do Nascimento (1839-1914), o Dragão do Mar, famoso pela luta abolicionista no Ceará.

Idealizadora da comenda,

Lídice da Mata (PSB-BA) explica que o objetivo da premiação é valorizar membros da comunidade negra que apresentem contribuições à sociedade. Ela diz que os negros são, no Brasil, uma “maioria invisível”.

— Numa sociedade de maioria negra em que tão poucos negros ocupam posições de destaque, nosso objetivo é que as pessoas tomem conhecimento dessas personalidades e de suas lutas em todas as áreas.

Luta pela igualdade

Lídice destaca o papel do ex-senador Abdias Nascimento na luta pela igualdade racial. Para a senadora, a entrega da comenda tem dois objetivos.

— Queremos homenagear e lembrar Abdias por sua luta e, ao mesmo tempo, dar continuidade destacando as pessoas que contribuem para ela. A comenda vem no bojo do combate ao racismo no país.

A comenda foi instituída em 2013, pela Resolução 47 do mesmo ano, oriunda de um projeto de Lídice e de Paulo Paim (PT-RR). A escolha dos agraciados será feita por um conselho de representantes dos partidos representados no Senado. Os nomes podem ser indicados por senadores, deputados federais e entidades que protejam a cultura afro-brasileira.

Abdias Nascimento (1914-2011) foi senador e deputado federal pelo Rio de Janeiro, jornalista e militante do movimento negro. Passou 13 anos em exílio após a edição do Ato Institucional 5, em 1968. Foi um dos principais idealizadores do Dia da Consciência Negra, que se comemora na data da entrega da comenda. Em 2010, chegou a ser recomendado pelo governo federal para uma indicação ao Prêmio Nobel da Paz, mas não foi incluído entre os finalistas.

Prêmio pode estimular participação na Olimpíada 2016

Como forma de motivar os atletas que representarão o país nos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, o Senado estuda a instituição de um prêmio anual que valorize atuações e conquistas. Trata-se da Comenda do Mérito Olímpico, proposta aprovada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Pelo projeto (PRS 84/2013),

a comenda virá acompanhada de diploma de menção honrosa, em sessão especial.

Gim (PTB-DF), autor da proposta, afirma que o esporte brasileiro tem muito potencial não realizado. “Nossos resultados no campo esportivo ainda não refletem a nova posição que ocupamos no cenário internacional. Não obstante haja uma cultura esportiva

bastante disseminada no país, somos deficientes no campo da preparação de atletas de alto rendimento”, diz.

Como o texto original da proposta não instituiu uma periodicidade para a entrega da Comenda do Mérito Olímpico, o relator, Wellington Dias (PT-PI), acrescentou uma emenda sugerindo que o prêmio seja concedido anualmente.

Jayme pede criação de fundo de amparo a mulheres agredidas

Jayme Campos (DEM-MT) protestou contra a demora da Câmara para analisar projeto de autoria dele que cria o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas.



Moneira Mantz/Agência Senado

De acordo com o senador, enquanto o projeto está parado há um ano e sete meses, a cada duas horas uma mulher é assassinada no Brasil. Só este ano, segundo dados apresentados pelo parlamentar, a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) recebeu mais de 30 mil denúncias de violência.

— O que eu faço aqui é

um apelo ao bom senso. Faço em nome da urgência em ver solucionado o atual quadro de espancamentos e assassinatos de mulheres, agravado por essa perversa espera — afirmou.

O senador explicou que o fundo deverá financiar um auxílio mensal igual ou superior a R\$ 622 para mulheres vítimas de violência. A ajuda deverá ser concedida por 12 meses e o valor, reajustado anualmente. O fundo também deverá viabilizar a oferta de treinamento profissional, para facilitar a reinserção das vítimas no mercado de trabalho.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO TST

16h Primeiro item da pauta é a PEC 32/2010, que define o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário e altera atribuições.

PRESIDÊNCIA Reunião de líderes

10h Reunião de líderes do Congresso Nacional; às 10h, sessão solene do Congresso destinada ao lançamento da campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, no Plenário do Senado; às 11h, sessão do Congresso destinada à apreciação de vetos, no Plenário da Câmara; às 11h40, cerimônia de hasteamento do Pavilhão Nacional em homenagem ao Dia da Bandeira; às 16h, ordem do dia.

CI Votação e emendas à LDO

14h30 Reunião para análise de três projetos e definição de emendas à LDO 2015.

CDR Emendas à LDO

9h Comissão define emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

CAS Doenças reumáticas

9h Avalia isenção de IR para pessoas com doenças reumáticas e emendas à LDO.

CCJ Ministro do STM

9h Sabatina de Carlos Augusto de Sousa, indicado para o Superior Tribunal Militar. Às 10h, a comissão analisa pauta com 24 itens, que inclui projeto que tipifica vandalismo, e discute emendas à LDO.

CE Federalização da educação

9h Audiência pública trata da proposta de federalização da educação básica.

CPI Petrobras

9h30 Comissão exclusiva do Senado analisa 32 requerimentos.

CONGRESSO Em defesa da mulher

10h Sessão solene lança a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres..

CONGRESSO Vetos e superávit

11h Sessão conjunta para apreciar 38 vetos e 3 projetos de lei. Pode ser apreciado projeto que altera o cálculo para definição da meta de superávit fiscal para 2014.

CDH Carência para parto

11h30 Emendas à LDO e cinco projetos, entre eles o que proíbe carência para pré-natal e parto a menores de 16 anos.

SOLENIDADE Dia da Bandeira

11h40 Senado promove cerimônia de hasteamento do Pavilhão Nacional, em homenagem ao Dia da Bandeira, comemorado em 19 de novembro.

CPMI Debate sobre a Petrobras

14h30 Comissão discute o regime de contratações da estatal com Luiz Gonzaga Belluzzo (Unicamp) e representantes do TCU, CGU e Ministério Público Federal.

CRA Emendas à LDO

14h30 Analisa propostas de emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015.

CMO Créditos especiais

14h30 A Comissão Mista de Orçamento tem duas reuniões deliberativas marcadas para hoje, às 14h30 e às 18h, para votação de uma série de projetos de lei do Congresso prevendo créditos especiais para ministérios e órgãos do Executivo.

MP Farmácias

14h30 Comissão mista examina Medida Provisória 653/2014, que dispõe sobre a fiscalização das atividades farmacêuticas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Iniciativas apresentadas durante Projeto Jovem Senador de 2011 tratam de plano de recuperação especial para alunos da rede pública e da qualificação de professores

Plenário aprova sugestões de jovens senadoras

O SENADO APROVOU ontem dois projetos de lei originados de sugestões de jovens senadoras. Um deles determina que estudantes de escolas públicas com baixo rendimento sejam incluídos em plano de recuperação especial (PLS 467/2012). O outro exige que os professores da educação básica comprovem qualificação profissional (veja mais abaixo).

O PLS 467, que segue para análise da Câmara, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabelece que os estudantes sejam identificados pelo sistema de ensino até o final do primeiro bimestre letivo.

O plano de recuperação prevê a ampliação do horário escolar, a visita de educadores ao ambiente familiar e a assistência psicológica. A proposta teve origem em sugestão da estudante Rafaela de Souza e Silva, participante do Projeto



Sessão de ontem do Plenário, que aprovou as propostas, foi acompanhada, da tribuna, pelos jovens senadores deste ano

Jovem Senador, em 2011.

Acolhido pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o texto foi aprovado na Comissão de Educação (CE), com parecer favorável de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que requereu urgência

para a análise no Plenário.

A votação do projeto foi acompanhada pelos participantes da edição do Jovem Senador deste ano, que ocuparam a tribuna de honra do Plenário a convite do presidente da Casa, Renan Calheiros.

Segundo o texto, são muitos os fatores causadores do baixo rendimento escolar, e não é possível creditar apenas aos alunos a responsabilidade por um eventual insucesso. Assim, a iniciativa prevê intervenções saneadoras, aplicadas logo

no surgimento do problema, evitando o agravamento.

Lúcia Vânia afirma no relatório que pesquisas mostram que muitos pais não têm conhecimento suficiente a respeito do funcionamento da escola e, por isso, têm dificuldades para ajudar as crianças com problemas de aprendizagem.

Para ela, o apoio direto de educadores ajudará a aumentar o suporte aos estudantes membros dessas famílias.

Em Plenário, Paulo Davim (PV-RN), que há três anos preside a comissão organizadora do Jovem Senador, disse que “se sentiu contemplado” pela iniciativa da estudante.

— É um projeto que, apesar de ter partido de uma jovem senadora, parece até que teve debate realizado num ambiente de senadores eleitos pelo voto popular, tamanha a maturidade, tamanho o alcance das soluções — elogiou.

Avança exigência de qualificação para professor do ensino básico

Professores da educação básica terão que comprovar que estão qualificados para exercer o cargo. É o que determina o Projeto de Lei do Senado (PLS) 185/2012, aprovado ontem pelo Plenário.

O texto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para assegurar expressamente que os professores

em exercício ou contratados para atuar no ensino básico comprovem qualificação.

A proposta, que segue para a Câmara dos Deputados, também surgiu durante a edição 2011 do Projeto Jovem Senador, por iniciativa da estudante Adrielle Souza, representante da Bahia, e foi apresentada pela Comissão de

Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Na justificativa do projeto, a jovem senadora argumentou que a presença de professores com formação adequada constitui “elemento crucial” para a qualificação do processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica.

De acordo com o projeto, a qualificação a ser comprovada pelos professores deve seguir o que determina o artigo 62 da LDB, que exige, para professores da educação básica, curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação. O projeto estabelece ainda que o Estado deve oferecer

aos professores a qualificação exigida.

Em parecer favorável à matéria, o relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), afirmou que “a medida pode propiciar uma nova percepção do papel dos próprios professores e do Estado na educação”.

Crédito de US\$ 11,5 milhões a Alagoins

A contratação de crédito externo para o município de Alagoins (BA), no valor de US\$ 11,5 milhões, foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado, logo depois de passar pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com parecer favorável do senador Cyro Miranda (PSDB-GO).

A mensagem da presidente Dilma Rousseff que autoriza a operação entre o município baiano e a Cooperação Andina de Fomento (CAF) foi lida em Plenário na segunda-feira. O senador Walter Pinheiro (PT-BA) pediu a retirada do prazo de vista e o encaminhamento imediato da proposta (MSF 88/2014) para votação.

De acordo com o senador, os recursos serão destinados ao financiamento do Programa de Requalificação Urbana, Ambiental e de Promoção Social, para melhorar as condições de infraestrutura e atendimento à população da cidade.

— Nós sabemos que essas operações têm se tornado, talvez, a alternativa principal para estados e municípios aplicarem em infraestrutura e investimentos, inclusive,



Lídice da Mata comemorou aprovação de proposta que favorece município baiano

para o desenvolvimento econômico. Principalmente, por conta da difícil vida que levam os municípios em relação à arrecadação — disse Walter Pinheiro.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) também destacou o papel de Alagoins como polo industrial, especialmente no setor de bebidas.

— Vamos garantir ao povo de Alagoins, ao prefeito e à secretária de Infraestrutura, todos envolvidos nessa batalha

de três anos, essa operação de crédito que permitirá um grande investimento para o desenvolvimento urbano e a mobilidade da cidade — comemorou a parlamentar.

O crédito externo será desembolsado em 36 meses, a partir da assinatura do contrato. Os recursos serão amortizados em 24 prestações semestrais consecutivas. A primeira parcela vencerá 42 meses após a data de assinatura do contrato.

Senado acata novo embaixador no Líbano

O Plenário confirmou ontem a indicação de Jorge Geraldo Kadri para o cargo de embaixador no Líbano. Ele recebeu 45 votos favoráveis e 1 contrário.

Kadri é ministro de primeira classe da carreira. Durante a sabatina, feita pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na semana passada, o diplomata apontou como

problemas para o Líbano a guerra na vizinha Síria e a atuação do grupo terrorista Estado Islâmico.

Para ele, os principais desafios do país são buscar “a melhor relação possível” com Israel, lidar com o grupo islâmico Hezbollah e atenuar a influência síria em seu território. O Brasil, segundo Kadri, pode ajudar o Líbano a enfrentar os desafios.

Relator busca acordo para votação da Lei das Antenas

A votação do projeto que cria a Lei Geral das Antenas foi adiada mais uma vez. O senador Walter Pinheiro (PT-BA), relator da proposta na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), deve fazer um último ajuste de texto.

— Estamos buscando um acordo na redação do artigo 7º para colocar a matéria para votar, sem polêmica de Plenário e sem perder a eficiência da lei.

O artigo 7º trata da concessão de licenças de forma simplificada e do prazo de 60 dias para a manifestação do poder público.

Apresentado pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), o projeto (PLS 293/2012) foi aprovado na CCT na semana passada e enviado ao Plenário em regime de urgência. O texto unifica regras para instalação e compartilhamento de torres.

Os 27 vencedores estaduais do concurso de redação tomaram posse ontem como jovens senadores. Até amanhã, discutem educação, direitos humanos e meio ambiente

Jovens senadores debatem hoje em comissões

FORAM EMPOSSADOS ONTEM os 27 jovens senadores de 2014, em sessão presidida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves.

Eles são os vencedores do 7º Concurso de Redação do Senado, que seleciona os participantes do Projeto Jovem Senador dentre alunos do ensino médio de escolas públicas estaduais. Em cada estado, é escolhido o autor da melhor redação. Cada um deles recebeu o certificado de participação, entregue pelo presidente da Comissão do Projeto Jovem Senador, senador Paulo Davim (PV-RN).

Renan elogiou os jovens e os aconselhou a agarrarem a oportunidade e usufruírem toda a estrutura preparada.

— Essa experiência tem como objetivo despertar o jovem para a participação política e entrelaçar gerações e visões de mundo. Os sonhos e ideias desses jovens podem se tornar realidade através das propostas, porque a

melhoria da sociedade depende de todos — afirmou o presidente da Casa. Ontem mesmo, o Plenário do Senado aprovou dois projetos de lei sugeridos por jovens senadores de 2011 (*leia mais na página 3*).

A senadora e procuradora especial da Mulher no Senado, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ressaltou o grande número de meninas participantes, 67%. Ela comemorou o fato, mas advertiu que ainda é muito pequena a presença das mulheres na política.

— Por pouco não aplicamos a política de cotas para os meninos — brincou.

Composição

O estudante Carlos Henrique, de Mato Grosso do Sul, foi eleito o presidente da Mesa Jovem. Com 52% dos votos, ele contou que a articulação começou nas redes sociais logo que os nomes dos finalistas foram divulgados.

— Conte com o apoio do jovem senador Iago Lina, de Goiás. Inicialmente ele iria se candidatar, mas entramos



Jovens senadores, que iniciaram os trabalhos ontem, e Paulo Davim, presidente da comissão do projeto

em acordo e ele desistiu e me passou os votos que ganharia — disse.

Ana Rita, de Minas Gerais, ficou com a Vice-Presidência; Ricardo Ruan, de Sergipe, com a Primeira-Secretaria; e José Patrocínio, do Rio Grande do Norte, com a Segunda-Secretaria.

Os estudantes se dividiram em três comissões: Comissão de Direitos

Humanos e Meio Ambiente, Comissão de Financiamento da Educação e Comissão de Educação. Se aprovadas, as sugestões legislativas dos jovens senadores serão encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde podem ser transformadas em projetos de lei e tramitar no Senado.

Na Comissão de Direitos Humanos, presidida por Jorge Torres (CE), serão debatidos projetos sobre a proteção dos recursos hídricos e a criação da semana educacional de direitos humanos nas escolas. Presidida por Ana Paula Schwengber (RO), a Comissão de Financiamento da Educação vai analisar as sugestões que trataram de recursos dos royalties do pré-sal para a educação e concessão de bolsa auxílio para alunos do 3º ano do ensino médio. A Comissão de Educação, sob o comando de Nathalia Lima Janones (MT), vai debater a escola integral para a educação básica e a preparação para o ensino superior e vida profissional.

Os temas serão discutidos hoje e, se aprovados, irão ao Plenário do Senado Jovem amanhã.

Em 2015, tema da redação será participação popular

O tema da próxima edição do Concurso de Redação do Senado será “Participação política no Parlamento, nas ruas e nas mídias sociais”. O anúncio foi feito ontem por Paulo Davim (PV-RN) na cerimônia de premiação dos finalistas deste ano, que tomaram posse para atuar como jovens senadores por três dias.

Os vencedores de 2014, que escreveram sobre o tema “Se eu fosse senador...”, receberam medalha, certificado e notebook como prêmio. As três primeiras colocadas em âmbito nacional ganharam troféus, além de

computadores para uso coletivo nas escolas. A inovação foi a entrega também de tablets aos professores que orientaram os alunos na elaboração da redação e acompanham em Brasília os jovens na atuação simulada como senador da República.

A vencedora no estado de Mato Grosso, Nathalia Lima Janones, conquistou o primeiro lugar na etapa nacional com a redação “Uma educação que transforma”. Em segundo lugar ficou Ana Paula Schwengber, de Rondônia, com a redação “Honra e honestidade” e, em terceiro, a aluna

de Pernambuco, Maria Jéssica Silva de Almeida, com a redação “Lei boa é lei cumprida”.

Davim, que preside a Comissão do Jovem Senador pela terceira vez, destaca que o projeto permite a contribuição concreta dos jovens.

— Foi uma escolha democrática, reconhecidos pela qualidade. Estão aqui os melhores. Agora eles vão acompanhar a rotina do Senado, passarão a ter orgulho da atuação do Parlamento. As experiências serão socializadas por todos os estados — disse.

Mozarildo critica crise da saúde em Boa Vista



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que a corrupção tomou conta do setor de saúde em Roraima, em

nível estadual e na capital, Boa Vista. Em ambos os casos, disse, houve o afastamento dos secretários de Saúde por determinação do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

Segundo o jornal *Folha de Boa Vista*, foram constatados contratos superfaturados na compra de medicamentos e insumos. No caso de Boa Vista, o TCE auditou as contas de julho a setembro e, diante das irregularidades, determinou a suspensão de pagamentos de contratos, relatou o senador.

— O que me revolta mais é corrupção na área de saúde. Porque quando alguém desvia qualquer quantia da saúde, tira a oportunidade de uma pessoa mais carente de ser atendida.

Jucá rebate denúncias contra prefeitura



Romero Jucá (PMDB-RR) rebateu denúncias de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) de superfaturamento em

compra de remédios pela Prefeitura de Boa Vista. Segundo o senador, Mozarildo se baseou em notícias falsas de um jornal que busca difamar a prefeitura, comandada por Teresa Surita, ex-mulher de Jucá.

Ele disse que o TCE, ao afirmar que houve superfaturamento nas compras de medicamentos pela prefeitura, atende os interesses do grupo da governadora eleita, Suely Campos — mulher do ex-governador Neudo Campos, que neste ano foi impedido de concorrer pela Lei da Ficha Limpa. Mozarildo foi candidato a senador na chapa de Suely.

Em relação à licitação questionada, Jucá garantiu a lisura do processo.

Ângela registra mortes no trânsito de Roraima



Ângela Portela (PT-RR) lamentou ontem que Roraima esteja entre os estados que tiveram aumento no número

de mortes decorrentes de acidentes de trânsito.

Ela mencionou dados do Datasus, do Ministério da Saúde, segundo os quais Paraíba, Roraima, Mato Grosso do Sul e Sergipe registraram aumento de 2% em mortes no trânsito. Paraíba registrou aumento de 4% e Pará e Mato Grosso, de 1%.

Ângela informou que, de janeiro a março de 2013, foram registrados, em Boa Vista, 1.632 mortes decorrentes de violência no trânsito. Para ela, é preciso que as autoridades e a sociedade invistam em educação para mudar a realidade.

— É uma questão que envolve educação voltada para a cidadania — declarou a senadora.

Viana pede ajuda para município de Tarauacá



Jorge Viana (PT-AC) lamentou ontem a enchente no município de Tarauacá, no Acre, e cobrou do governo federal a liberação de recursos para ajudar as vítimas.

De acordo com o senador, não somente a população do município está em situação de calamidade pública, mas também a população ribeirinha, atingida constantemente por trombas d'água.

Viana ressaltou que a cheia é uma das piores da história do município. Conforme explicou, o Rio Tarauacá está 3 metros acima da cota de transbordamento e os atingidos já somam 15 mil pessoas.

— Fica aqui o apelo para que o Ministério da Integração, o Ministério do Transporte, a Defesa Civil e o Dnit possam atender Tarauacá neste momento de extrema necessidade.

Kaká alerta sobre graves mudanças climáticas



Kaká Andrade (PDT-SE) manifestou preocupação com as mudanças no clima mundial e a deterioração das

condições de sobrevivência da humanidade. Segundo o senador, relatório recente das Nações Unidas confirma que o efeito da influência humana no aquecimento global é mais do que uma conjectura e que, se as emissões de gases do efeito estufa não forem detidas, as mudanças serão irreversíveis.

Kaká chamou a atenção para a seca no Sudeste, que tem causado crise no abastecimento de água em São Paulo. Para ele, a situação contrasta com a ideia “ultrapassada e insustentável” de tratar a água como um recurso inesgotável.

— As análises dos cientistas não deixam dúvida de que estamos vivendo os primeiros anos de uma grave crise ambiental.

CPI aprova quebra de sigilo de tesoureiro do PT

Comissão mista decidiu investigar informações fiscais, bancárias e telefônicas de João Vaccari Neto, suposto operador do partido no esquema de corrupção na Petrobras

AS INFORMAÇÕES FISCAIS, bancárias e telefônicas do tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto, no período entre janeiro de 2005 e maio de 2014, serão transferidas à CPI Mista da Petrobras. A quebra de sigilos foi aprovada ontem, na comissão, por 12 votos a 11.

A CPI também aprovou as convocações dos ex-diretores da Petrobras Renato Duque (Serviços), preso na sexta-feira, na sétima fase da Operação Lava-Jato, e Ildo Sauer (Gás e Energia), além do presidente licenciado da Transpetro, Sérgio Machado.

Está prevista ainda acareação entre os ex-diretores da estatal Nestor Cerveró (Internacional) e Paulo Roberto Costa (Abastecimento), um dos principais delatores do esquema. Cerveró será reconvoado a depor na CPI.



O colegiado também aprovou as convocações dos ex-diretores da Petrobras Renato Duque e Ildo Sauer e do presidente licenciado da Transpetro, Sérgio Machado

A decisão que mais causou divergência foi a quebra dos sigilos de João Vaccari Neto. O senador Wellington Dias (PT-PI) argumentou que a medida não passa de mais um capítulo na disputa partidária e defendeu a quebra dos sigilos de todos os tesoureiros de partidos.

— Acho que foi uma derrota da política, porque todos os partidos com assento no Congresso, exceto o PSOL,

tiveram contribuição oficial de empresas. Há, claramente, uma posição meramente política, que não é boa para a democracia — afirmou.

Para o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), a convocação dos tesoureiros prejudicará ainda mais a imagem das legendas.

— Qual o papel de um tesoureiro de partidos? Arrecadar fundos para seu partido. Não é outra coisa. Todos os tesoureiros cumprem esse papel

de angariar fundos legais. A mídia está dizendo que o PMDB tinha um operador. O PMDB nunca teve operador — declarou, referindo-se ao lobista Fernando Soares, o Fernando Baiano, preso ontem e supostamente ligado ao partido.

Contrário à acareação entre Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró, o senador José Pimentel (PT-CE) lembrou que Costa permaneceu calado

quando esteve na CPI mista, em setembro.

— Eu sou daqueles que aprenderam que, para fazer matéria para a imprensa, não precisamos gastar o dinheiro público transportando pessoas que foram presas, fizeram delação premiada e têm uma decisão do relator da delação premiada no Supremo Tribunal Federal [STF] dizendo que têm o direito constitucional de ficar caladas — disse.

Líderes serão consultados para definir ordem dos depoimentos

O presidente da CPI mista, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), informou que a quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, será feita imediatamente, “de forma regimental e como manda a lei”.

Vital vai consultar os líderes partidários e o relator da comissão, deputado Marco Maia (PT-RS), para definir a ordem dos próximos depoimentos.

Segundo ele, o cronograma será adaptado às convocações aprovadas ontem. Para

o senador, devem ter preferência as pessoas presas pela Polícia Federal na sétima fase da Operação Lava-Jato.

— Há convocados na condição de indiciados e de testemunha. A CPI precisa inicialmente provocar a presença daqueles que estão presos — opinou.

A princípio, os depoimentos devem ser colhidos em reuniões abertas, mas sessões secretas não foram descartadas. A CPI volta a se reunir hoje para uma audiência pública sobre o sistema de contratações da Petrobras.

Faltam assinaturas de deputados para estender trabalho da comissão

A CPI ainda não conseguiu o número mínimo de assinaturas de deputados para prorrogar o prazo de encerramento dos trabalhos. É preciso que um terço dos 81 senadores e dos 513 deputados apoiem a medida.

— Na parte do Senado, com o apoio das lideranças, coletamos as 27. Na Câmara, apenas as lideranças do PMDB e do DEM apresentaram seus nomes. Temos só 49 assinaturas, bem longe das 171 necessárias — explicou o presidente da comissão, senador Vital do Rêgo.

A CPI encerra as atividades em 23 de novembro. Com a prorrogação, vai funcionar até 22 de dezembro. As assinaturas que estão faltando podem ser entregues até sexta-feira.

Ontem, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS) disse que a presidente da Petrobras, Graça Foster, mentiu à CPI quando disse que nada havia sobre o pagamento de propinas da empresa holandesa SBM Offshore a funcionários da estatal.

— Não pode uma autoridade vir ao Congresso Nacional e mentir — afirmou.

STF

Também ontem, o ministro do STF Luís Roberto Barroso negou à CPI o acesso aos depoimentos de Paulo Roberto Costa prestados sob delação premiada. Barroso seguiu recomendação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e do ministro Teori Zavascki, relator do processo no STF.

Para Janot, a abertura das informações pode prejudicar as investigações da Operação Lava-Jato, ação da Polícia Federal que desmontou o esquema de corrupção na Petrobras. A CPI havia entrado com mandado de segurança no STF, no mês passado, pedindo acesso a esse material.

Simon diz estar perplexo com iniciativa de Cerveró

A notícia de que a defesa do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró entrou com ação na Comissão de Ética Pública da Presidência



Moreira Matiz/Agência Senado

da República, transferindo para a presidente Dilma Rousseff a responsabilidade pela compra da Refinaria de Pasadena, causou perplexidade a Pedro Simon (PMDB-RS). Ele lembrou que Dilma era presidente do Conselho de Administração da estatal e ministra de Minas e Energia.

— Uma notícia dessas correndo o mundo, como fica a Petrobras? Mostra a que grau o relacionamento, o diálogo estão neste momento. Eu diria: que grau de alucinação e angústia há neste momento nas lides governamentais — disse.

O senador afirmou que são de se admirar as notícias segundo as quais a Polícia Federal teria encontrado indícios de que pagamentos de propinas perduram até hoje.

Para Randolfe, escândalo reforça urgência de reforma

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse ontem que o caso da Petrobras mostra a necessidade de reforma profunda no sistema político.

Ao relatar que um dos investigados informou que passava dinheiro ilegal para “PMDB, PT, PP e outros”, o senador afirmou que é possível que estejam envolvidos quase todos os partidos do país. Ele frisou que é necessário que sejam identificados os políticos



Jefferson Rudy/Agência Senado

que também pediu o fim do financiamento privado para campanhas.

Randolfe fez uma defesa do Ministério Público e do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Ele destacou entrevista para o jornal *Folha de S.Paulo* em que Janot defende a reforma política.

João Capiberibe defende fim do segredo de Justiça

João Capiberibe (PSB-AP) pediu a aprovação de projeto dele que acaba com o segredo de Justiça. Para o senador, a decisão do juiz

Sergio Moro de acabar com o segredo das investigações na Petrobras reforça a necessidade de o Congresso pôr fim ao sigilo e ao foro privilegiado. A proposta aguarda votação na Casa.

Capiberibe disse que o Brasil já conhece os rostos de ex-diretores da Petrobras e de diretores



Moreira Matiz/Agência Senado

de construtoras envolvidos no caso, mas ainda não conhece os nomes dos políticos citados, porque são beneficiados pelo foro privilegiado, o que impõe sigilo de identidade.

Para ele, isso só vai mudar quando o ministro do STF Teori Zavascki decidir o destino dos políticos envolvidos no caso da Petrobras.

— É preciso que o Congresso exija a conclusão rápida dos inquéritos com a punição dos culpados.

Proposta muda lei atual para abranger outras modalidades, além do futebol, e garante liberdade aos profissionais para orientação técnica e tática dos esportistas

Comissão aprova direitos trabalhistas para treinador de esportes coletivos

TREINADORES DE QUAISQUER modalidades desportivas coletivas podem ter assegurados os direitos trabalhistas. Projeto prevendo a regularização da profissão foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Proposto por Alfredo Nascimento (PR-AM), o PLS 522/2013 revoga a Lei 8.650/1993, que dispõe sobre as relações de trabalho do treinador profissional de futebol. Na justificativa, o senador argumenta que a legislação atual trata apenas dos técnicos de futebol e restringe o desempenho da profissão aos diplomados em educação física e a aqueles que já exerciam a função por no mínimo seis meses.

O projeto prevê que serão legalmente reconhecidos como técnicos ou treinadores os que tiverem diploma de educação física. Também serão reconhecidos os profissionais que, até a data do início da vigência da lei, tenham, comprovadamente, exercido cargo de técnico ou treinador, por prazo não inferior a seis meses.

Além desses, serão conside-



Relator, Wilson Matos apoia a proposta, que abre espaço para que ex-atletas e analistas esportivos exerçam a atividade

rados técnicos os que tenham sido aprovados em curso de formação ou em exame de proficiência para formar técnicos ou treinadores, oferecidos por ligas, federações e confederações.

Direitos e deveres

A proposta também lista os direitos e deveres do técnico profissional. Entre os direitos, estão a liberdade na orientação técnica e tática da equipe e o apoio e a assistência moral e material pelo empregador. Por sua vez, os treinadores

terão a obrigação de zelar pela disciplina dos atletas, de acatar as determinações dos órgãos técnicos do empregador e de resguardar o sigilo profissional.

No contrato de prestação de serviço, deve constar o prazo da vigência, limitado a dois anos; o valor do salário; as gratificações; os prêmios; as bonificações; o valor das luvas (montante oferecido ao técnico no início do contrato), caso ajustadas; e a data e o local de pagamento.

Para o relator, senador

Wilson Matos (PSDB-PR), o projeto é meritório, pois abriga todas as modalidades esportivas coletivas e permite que pessoas com conhecimentos práticos e teóricos, como ex-atletas ou analistas esportivos, exerçam a profissão.

— A proposição percorre dois caminhos complementares: resguardar princípios já consolidados em lei referentes à relação empregatícia e o cenário de atuação do técnico de futebol, ao tempo em que busca abrigar as demais modalidades esportivas coletivas.

Texto deduz de IR doações às Séries C e D

Doações ou patrocínios de pessoas ou empresas a equipes de futebol das Séries C e D do Campeonato Brasileiro poderão ser abatidos do Imposto de Renda (IR). É o que propõe projeto (PLS 302/2013) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A proposta, de Anibal Diniz (PT-AC), autoriza a dedução do IR de verbas doadas por 5 anos, contados a partir de 2014. As empresas poderão deduzir até 5% do valor devido, e as pessoas físicas, até 10%.

Para o senador, a falta de recursos para as equipes de futebol, principalmente para as das divisões inferiores do campeonato, impede o desenvolvimento do esporte e acirra a crise no setor.

Segundo ele, o incentivo previsto na Lei 11.438/2006 a projetos desportivos e paradesportivos aprovados pelo Ministério do Esporte foi incapaz de aumentar a receita dos clubes, pois autoriza só 1% de dedução.

Relatora, Ana Amélia (PP-RS) é favorável ao texto e sugere a análise de questões fiscais pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para onde segue o projeto.

Projeto define a profissão de vigia autônomo e estabelece critérios para quem for exercê-la

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje para examinar, entre outras matérias, a regulamentação da profissão de vigia autônomo. O projeto (PLS 302/2012), de Jayme Campos (DEM-MT), com voto favorável do relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), tramita em caráter terminativo: não precisa ir a Plenário após a comissão, a menos que haja recurso para isso.

O projeto define a profissão como a atividade daqueles que exercem, desarmados, a guarda de condomínios ou ruas e o patrulhamento, a pé ou motorizado, de imóveis residenciais ou comerciais e são pagos pelos donos ou moradores da área vigiada.

O objetivo é retirar da informalidade um contingente hoje estimado em mais de 1,5 milhão de trabalhadores, que tende a crescer com o aumento da insegurança, conforme afirma Jayme na justificativa da proposta.

O projeto condiciona o exercício da profissão ao registro em órgãos oficiais de segurança pública. Para obtê-lo, deve-se comprovar aptidão física e psicológica, ter treinamento específico em segurança privada, ser brasileiro maior de 18 anos com residência fixa, não ter antecedentes criminais, não ser funcionário de nenhum órgão de segurança pública.

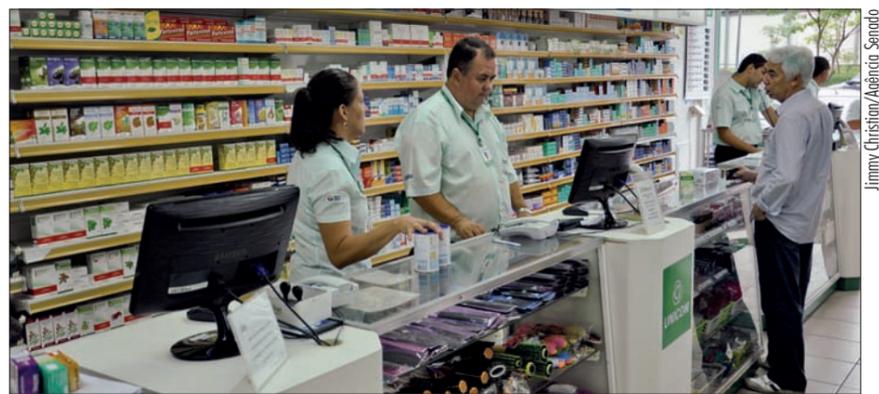
Outro item na pauta com decisão

final é o PLS 149/2014, do ex-senador Cidinho Santos. O projeto considera que toda fiscalização de ambientes de trabalho deve obedecer ao critério de dupla visita antes da aplicação de multas. Hoje o critério só é aplicado em caso de nova lei ou para inspeção inicial de estabelecimento recém-inaugurado.

O relator, senador Paulo Paim (PT-RS), apresentou voto pela rejeição do projeto. Segundo ele, o texto descaracterizaria os fundamentos da legislação trabalhista. “A alteração legislativa enfraqueceria sobremaneira a ação fiscalizadora por parte do Estado e, por consequência, a proteção conferida ao trabalhador pela CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]”, acredita Paim.

A CAS ainda votará, de forma não terminativa, outros quatro projetos, todos com voto do relator pela aprovação. O PLS 315/2013 isenta do Imposto de Renda os portadores de doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas. O PLS 92/2014 obriga estabelecimentos de saúde a exibir os preços dos serviços.

O PLS 167/2014 autoriza o armazenamento eletrônico de prontuários. E o PLS 175/2014 determina a realização de audiências públicas antes do uso experimental de organismos geneticamente modificados (OGM).



Medida cria norma mais flexível para farmácias caracterizadas como pequenas ou microempresas

Adiada para hoje votação de relatório de MP que relaxa exigência de farmacêutico em farmácias

A votação do relatório da Medida Provisória (MP) 653/2014, inicialmente prevista para ontem, foi adiada para hoje, às 14h30, na comissão mista que examina o texto. A MP 653 flexibiliza a exigência de farmacêutico em farmácias caracterizadas como pequenas ou microempresas.

Pela Lei 13.021/2014, publicada em agosto, a presença desse profissional é obrigatória em todos os estabelecimentos farmacêuticos. Com a MP, porém, as farmácias enquadradas no Estatuto da Micro e Pequena Empresa (Lei Complementar 123/2014) passaram a adotar as regras da Lei 5.991/1973. Essa lei permite, em casos específicos, a presença de “prático de farmácia, oficial de farmácia ou outro”, inscrito em conselho regional de farmácia (CRF),

como responsável do estabelecimento, desde que comprovada a ausência de farmacêutico na região. Essas unidades devem ser licenciadas pela autoridade sanitária local.

O deputado Manoel Junior (PMDB-PB), relator da MP, manteve o relaxamento da exigência de farmacêutico em farmácias caracterizadas como pequenas ou microempresas e acatou emenda para permitir assistência do profissional de forma remota. No relatório, ele reconhece que a presença obrigatória de farmacêutico, conforme determina a Lei 13.021, torna a entrega dos medicamentos mais segura. No entanto, ele aponta déficit de profissionais e dificuldades de cumprimento da norma por pequenas farmácias, especialmente em cidades do interior.

Tema da audiência pública marcada para hoje na Comissão de Educação foi escolhido pelos professores dos estudantes que fazem parte do Projeto Jovem Senador, em Brasília

Federalização da educação básica em debate

A COMISSÃO DE Educação promove hoje audiência pública sobre a federalização da educação básica. O debate, que faz parte do Projeto Jovem Senador, foi solicitado pelos senadores Cyro Miranda (PSDB-GO), presidente da comissão, e Paulo Paim (PT-RS).

O tema da audiência foi escolhido entre quatro sugestões feitas pela comissão aos professores orientadores dos jovens que participam do programa. As outras três opções tratavam do currículo nacional único, do ensino em tempo integral e da formação do professor.

Em agosto, a comissão aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 460/2013, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que convoca um plebiscito para que o eleitor decida a respeito da

transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica.

À época, o relator da matéria na CE, senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), lembrou que estados e municípios são responsáveis por cerca de 80% dos investimentos destinados à educação, enquanto a União, que detém mais da metade do bolo da arrecadação de tributos, participa com apenas 20%.

Como consequência, disse Randolfe, há disparidades na infraestrutura escolar pelo país, incapacidade de diversos governos estaduais e prefeituras para honrar o piso salarial dos professores, lacunas na oferta de vagas em creches e inexistência de um padrão nacional mínimo de qualidade, entre outros problemas.

O pedido de plebiscito está em análise na Comissão de



Foto: Franco/Agência Senado

Projeto em tramitação no Senado visa convocar plebiscito para decidir sobre transferência da educação básica à União

Assuntos Sociais (CAS) e aguarda relatório da senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR).

A audiência pública começa às 9h na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa e tem

como convidado o consultor legislativo do Senado Waldery Rodrigues Júnior.

A edição 2014 do Projeto Jovem Senador, que reúne estudantes de escolas públicas

de todo o país, teve início na segunda-feira e vai até depois de amanhã. Na ação, os estudantes vivenciam, no Senado, o processo de propor e debater projetos de leis.

Audiência vai discutir gestão do Postalis

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) fará audiência pública para esclarecer denúncias de gestão fraudulenta de recursos do fundo de pensão Postalis, dos funcionários dos Correios. A comissão quer ouvir Cláudia Muinhos Ricaldoni, presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar), que, à imprensa, apontou investimentos temerários com recursos do fundo.

Em requerimento propondo a audiência, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) citou matérias publicadas em maio pelo jornal *O Globo*, que tratavam de investigações da Comissão de Valores Mobiliários

(CVM) para apurar operações fraudulentas. O prejuízo ao fundo poderia chegar a R\$ 2,5 bilhões. O Postalis é o terceiro maior fundo de pensão do país, com cerca de 130 mil participantes.

Por sugestão de José Pimentel (PT-CE), também será convidado Carlos de Paula, superintendente da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), responsável por fiscalizar os fundos de pensão.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sugeriu e a comissão acatou convidar um representante da Controladoria-Geral da União (CGU).

Na reunião de ontem, também foi aprovado requeri-

mento de Gleisi Hoffmann (PT-PR) para realização de audiência pública para discutir a superação da pobreza e o desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Serão convidados a ministra Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Jorge Chediek, representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud); Deborah Wetzell, diretora do Banco Mundial (Bird) para o Brasil; e Lena Lavinias, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O debate será em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em data ainda a ser marcada.

Reunião da Comissão de Inteligência é cancelada

A reunião de ontem da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) foi cancelada por falta de quórum. Uma nova data será definida pelo presidente do colegiado, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Ele está em missão oficial fora do país, mas pode definir a data mesmo assim. Também é possível que o vice-presidente, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), marque o novo dia da reunião.

A CCAI votaria três requerimentos. Dois deles, do deputado Domingos Sávio (PSDB-SP), convocam o diretor-geral da Agência Brasileira de Inte-

ligência (Abin), Wilson Trezza, e o ministro do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, José Elito Siqueira, para prestar esclarecimentos sobre suposto convênio entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o governo da Venezuela.

Um terceiro requerimento, de Ferraço, propõe audiência pública para debater os resultados da CPI da Espionagem, instalada em 2013 a partir de denúncias de espionagem norte-americana no Brasil. A CPI constatou a vulnerabilidade do país diante da espionagem estrangeira.

Moka faz homenagem ao poeta Manoel de Barros, morto aos 97

Waldemir Moka (PMDB-MS) homenageou o poeta sul-mato-grossense Manoel de Barros, que morreu na semana passada aos 97 anos. Ele lembrou que o poeta é reconhecido nacional e internacionalmente como um dos escritores mais originais da atualidade e afirmou que a morte deixa uma lacuna na literatura brasileira.

O senador informou que Barros tem dezenas de livros publicados em outros países, sendo *Livro sobre Nada*, de 1996, uma das obras mais conhecidas.



Moreira/Miniz/Agência Senado

— Ao falar sobre o nada, o poeta traduziu, como ninguém, as belezas do Pantanal e a simplicidade da natureza.

Moka também lembrou os oito anos da morte de Ramez Tebet, salientando que o senador por Mato Grosso do Sul foi uma das pessoas que nele despertaram o desejo de participar da vida política.

— Tebet está na lista dos maiores políticos do país e deve estar feliz porque sua filha, Simone Tebet, foi eleita para o Senado Federal este ano — afirmou o senador.

“Adib Jatene nos ensinava a ser gente”, afirma Paulo Davim

Paulo Davim (PV-RN) homenageou ontem o ex-ministro da Saúde Adib Jatene, morto na sexta-feira, aos 85 anos. O senador ressaltou que, além de ter sido um dos médicos mais brilhantes do país, Jatene era um grande humanista que semeava esperança e fazia o bem.

— Quem o conheceu sabia que estava diante de um humanista. Gostava de ser chamado de professor. Mas além de ensinar técnicas cirúrgicas, o doutor Adib Jatene nos ensinava a ser gente — destacou.



Moreira/Miniz/Agência Senado

O senador ressaltou a visão privilegiada do médico na saúde pública, já que, quando ministro, criou a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), imposto que mais levou recursos para a saúde do país.

Davim afirmou que Jatene contribuiu para a formação de milhares de profissionais da área da saúde e disse acreditar que o ex-professor da Universidade de São Paulo (USP) servirá de exemplo e inspiração para diversas gerações vindouras de médicos.

Ana Rita alerta para violência contra jovens negros brasileiros

Ana Rita (PT-ES) chamou a atenção para dados que demonstram a dimensão da violência contra a população negra no Brasil. Ela lembrou que, amanhã, comemora-se o Dia da Consciência Negra.

— Foi às custas do sofrimento dos negros e das negras, nas senzalas, campos e cidades, que o Brasil foi erguido — recordou a senadora.

Ela lamentou que a abolição da escravidão e o crescimento econômico do Brasil não tenham mudado esse quadro. Segundo Ana Rita, os negros jovens são as



Moreira/Miniz/Agência Senado

maiores vítimas de violência, citando o *Mapa da Violência*.

— A cada duas horas, sete são assassinados. Impossível não se preocupar com as estatísticas — destacou. Ela defendeu a aprovação de projeto de lei, em tramitação na Câmara, que obriga a investigação de toda ocorrência com morte ou lesão corporal em ações policiais.

— Os autos de resistência são a licença para matar os negros de nosso país. Não podemos mais compactuar com esse instituto em nossa legislação — protestou.

Construção de satélite brasileiro gera polêmica

Debate apontou a importância do equipamento, mas especialistas pediram maior participação de profissionais do Brasil no processo, que envolve transferência de tecnologia

O PROCESSO DE construção e lançamento, pelo Brasil, do Satélite Geoestacionário de Defesa e de Comunicação (SGDC) dividiu opiniões ontem em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Uma parte dos debatedores reclamou contra o fato de a tecnologia e a capacidade da indústria aeroespacial brasileira não terem sido exploradas pela Visiona — empresa pública que tem como objetivo coordenar o projeto. Eles levantaram dúvidas, inclusive, sobre a efetividade da transferência de tecnologia estrangeira para o Brasil por meio da companhia, que é ligada à Embraer e à Telebras (veja quadro abaixo). No entanto, o senador Anibal Diniz (PT-AC) discordou:

— Para os projetos futuros, a gente já vai ter acumulado

[conhecimento] para poder dar uma contribuição maior.

A audiência, solicitada por Anibal, foi a última no âmbito das avaliações do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) pela CCT. O senador promete entregar o relatório com conclusões sobre o tema no início de dezembro.

— O satélite permite um passo importante. Atende tanto o PNBL, que é o objetivo central do nosso relatório, quanto as demandas de comunicação estratégica do Ministério da Defesa.

O SGDC, que está em fase de construção, deve ser concluído em dezembro de 2016 e operar no começo de 2017. Uma equipe de técnicos brasileiros trabalha em conjunto na construção do satélite na França, para cumprir os objetivos de transferência de tecnologia das atividades de engenharia,



Senador Anibal Diniz (C) coordena audiência pública que integra avaliação do Plano Nacional de Banda Larga

segundo explicou Eduardo Bonini, presidente da Visiona.

Seu funcionamento possibilitará a ampliação do acesso à internet por meio do PNBL, como complemento da rede terrestre, que hoje conta com

cerca de 21 mil quilômetros de fibra óptica, ainda insuficientes para abarcar todo o território brasileiro não alcançado pelas operadoras comerciais.

Com o satélite, mais de 2,3 mil municípios poderão ser atendidos pela Telebras, garantindo comunicação inclusive em alto-mar, na zona do pré-sal, explicou o presidente da estatal, Francisco Ziober Filho. Hoje, são 374 municípios atendidos pela Telebras e 196 atendidos por parceiros.

Ziober Filho explicou que o SGDC será operado em bandas diferentes para comunicações civis e militares, sendo possível garantir segurança e soberania nas comunicações estratégicas de governo.

Ampliação

Com o satélite, a defesa nacional vai ampliar a área de atuação, explicou o coronel Anderson Alvarenga, um dos responsáveis pelo setor que acompanha o projeto no Ministério da Defesa. A pasta terá o controle do equipamento.

Para reforçar a importância do artefato, os debatedores fizeram referências à espionagem feita pelos Estados Unidos e denunciada por Edward Snowden, ex-funcionário da NSA (agência de segurança norte-americana).

A cobertura do satélite atingirá, além do país, a região continental onde há interesse geopolítico do Brasil, como o Haiti, onde há forças de segurança nacional, e a vigilância do oceano.

— Esse é o primeiro satélite com vida útil de 15 anos. Mas a demanda é por uma constelação de satélites. Pretendemos, para obter redundância e segurança, ter mais três satélites, com lançamentos a intervalos regulares — revelou Alvarenga.

Anibal concorda com a ideia, inclusive para pôr em prática e consolidar o conhecimento adquirido com a transferência de tecnologia por meio do SGDC.

— Se não tiver atividade, o conhecimento se desfaz.

Profissionais pedem mais investimento

A falta de colaboração de entidades governamentais e empresas brasileiras no projeto do satélite geoestacionário foi criticada por Ivanil Barbosa, presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial (SindCT). Para ele, se houvesse investimento no setor tecnológico, a equipe brasileira poderia auxiliar nessa construção. Mas, segundo afirmou, está havendo o encolhimento do Programa Espacial Brasileiro.

Barbosa ressaltou que o Brasil é o único integrante do Brics — grupo de países

emergentes que também reúne Rússia, Índia, China e África do Sul — sem domínio da tecnologia de construção e lançamento de artefatos espaciais. Ele lembrou que o país depende de nações estrangeiras até para a previsão do tempo.

O diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Leonel Perondi, também afirmou que o Brasil teria condições de participar do projeto do SGDC, pelo menos na construção das partes mais simples do satélite. Para ele, o Inpe é capaz de colaborar, falta apenas conjugar esforços.

Em resposta, o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), José Raimundo Coelho, disse que não duvida da capacidade brasileira, mas que para a construção do SGDC não haveria tempo hábil. A pressa também foi a justificativa de Eduardo Bonini, presidente da Visiona.

Segundo a pesquisadora Flávia Schmidt, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), o Brasil tem 104 empresas no setor aeroespacial, segmento que, afirmou, sofre com a interrupção de encomendas.

— Algumas estão sem contrato — revelou.

Bauer cobra liberação de recursos para ampliar estádio em Joinville

A bancada de Santa Catarina no Congresso se reuniu ontem com o ministro do Esporte, Aldo Rebelo, e pediu a liberação de R\$ 25 milhões referente a uma emenda parlamentar coletiva, aprovada ano passado pelo Congresso, para as obras de ampliação da Arena Joinville. Segundo Paulo Bauer (PSDB-SC), o estádio tem capacidade para 20 mil torcedores, mas, com a classificação do Joinville Esporte Clube para disputar em 2015 a Série A do Campeonato Brasileiro, será necessário ampliar e melhorar a estrutura.

O senador disse crer que a visita da bancada catarinense sensibilizou o ministro, até porque Santa Catarina não recebeu eventos da Copa do Mundo. Ele afirmou que o governo estadual se comprometeu a também ajudar no financiamento das obras, assim que forem liberados os recursos federais.

— Não tivemos nenhum investimento público feito no estado e consideramos ser mais do que justificável que o povo trabalhador de Santa Catarina mereça também investimentos na área do esporte — argumentou.



Moisés Muniz/Agência Senado

Vanessa diz que o Brasil tem que aproveitar momento para mudar

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) manifestou expectativa de que o Brasil possa mudar para melhor a partir das dificuldades enfrentadas no momento, inclusive as ligadas às investigações de irregularidades na Petrobras. A senadora lembrou que também o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, espera que esta seja a oportunidade para que reformas sejam feitas no Brasil, especialmente a reforma política.

Vanessa reconheceu que o consenso não é fácil, mas disse que o país já está perto de uma decisão para o problema das doações de empresas para partidos. Lembrando que o STF está julgando uma ação sobre o financiamento de campanhas por empresas, ela defendeu o fim da prática e ressaltou que empresas envolvidas no caso da Petrobras fizeram doações.

— Não podemos deixar que essas janelas se fechem sem que nada aconteça no Brasil. O Brasil vai mudar. Temos que investigar e encontrar uma forma de cobrar os desvios, quando comprovados.



Gerardo Maguel/Agência Senado

Paim resalta importância da prevenção do câncer de próstata

Paulo Paim (PT-RS) fez um alerta aos homens para a necessidade de deixarem o preconceito de lado e darem mais atenção à própria saúde, fazendo a prevenção ao câncer de próstata. O senador explicou que a doença atinge principalmente homens com mais de 65 anos, é grave e pode ser fatal. Ele informou que o câncer de próstata é o segundo que mais afeta os brasileiros. Pelas previsões do Instituto Nacional de Câncer, a doença deverá causar a morte de mais de 13 mil homens no Brasil:

— Se, por um lado, o câncer de próstata pode ser fatídico, por outro lado, a detecção precoce garante índice de cura bem superior a outros que atingem a nossa população — alertou o senador.

Paim também leu carta da avó materna do menino gaúcho Bernardo Boldrini, que teria sido assassinado pela madrasta, com participação do pai. Na carta, a avó diz que Bernardo teria tido uma vida diferente se já estivesse em vigor a lei que trata da guarda compartilhada dos filhos em caso de separação.



Gerardo Maguel/Agência Senado

Aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, vai ao Plenário proposta que isenta do Imposto sobre Serviços a produção in vitro de embriões bovinos, ovinos e caprinos

Inseminação em animais pode obter isenção

A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL e a fertilização de animais in vitro podem ser excluídas da lista de atividades sujeitas ao Imposto sobre Serviços (ISS). A medida, prevista no PLS 94/2013 — Complementar, foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e segue para o Plenário.

O autor da proposta, Romero Jucá (PMDB-RR), argumenta que a produção in vitro de embriões bovinos, ovinos e caprinos tem várias etapas e requer laboratórios equipados com maquinários apropriados e de alta tecnologia. O resultado, acrescentou, é a transformação de materiais genéticos com caráter industrial.

Ele citou o entendimento da Receita Federal de que a coleta do sêmen, o processamento

e a embalagem do produto em ampolas não configuram prestação de serviço e se enquadram no conceito de industrialização. Por isso, Jucá propõe a exclusão da atividade da lista de serviços anexa à Lei Complementar 116/2003, que trata da incidência do ISS.

Na CAE, a matéria passou pela Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais, onde o relator, Walter Pinheiro (PT-BA), concordou com Jucá. Ele reconhece o risco de perda de arrecadação municipal, mas observou que a medida é “um grande alento” para a pecuária.

— É importante estimular esse tipo de atividade, visando à produtividade de rebanhos. Nada melhor do que utilizar esse melhoramento genético, que, em última instância, ajudará os municípios — disse.



Relator na Subcomissão de Assuntos Municipais, Walter Pinheiro considera a medida “um grande alento” para a pecuária

Regra para licença ambiental é avaliada

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) pode votar hoje o projeto que exige licença ambiental prévia antes de leilão para distribuição de energia elétrica (PLS 378/2013). Atualmente a licença deve ser requerida pela empresa após a licitação, na fase preliminar do planejamento do empreendimento.

O autor da proposta, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), explica que dificuldades na obtenção da licença resultam em atrasos nas obras das linhas de transmissão. Sem elas, o abastecimento de muitas regiões exige o uso de termelétricas, o que eleva muito o custo do serviço. A matéria tem parecer favorável

do relator, Ivo Cassol (PP-RO).

Outro item da pauta é o projeto de Alfredo Nascimento (PR-AM) que reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS-Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre as receitas decorrentes da prestação de serviços regulares de transporte interestadual e intermunicipal fluvial de passageiros (PLS 34/2014).

O projeto também altera a Lei 10.893/2004, para facilitar o acesso de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) às pessoas físicas.

Também está na pauta da CI proposta de Delcídio do Amaral (PT-MS) que pressiona o

gestor municipal a instalar postos de saúde nas proximidades de empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida (PLS 374/2013).

A obrigatoriedade já está prevista na Lei 11.977/2011, que regulamenta a iniciativa. O projeto determina que o número de unidades de saúde deverá obedecer ao parâmetro estabelecido pela autoridade sanitária federal. Além disso, o texto dá 180 dias ao prefeito — contados da emissão das cartas de habite-se para as moradias — para abrir os postos, sob pena de interrupção do pagamento das parcelas do financiamento habitacional. O relator da matéria é Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Tombini falará de política monetária em dezembro

Em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, participará de audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), no dia 16 de dezembro, para avaliar o cumprimento dos objetivos e das metas das políticas monetária, creditícia e cambial. O agendamento da audiência foi comunicado ontem pelo presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP).

De acordo com a lei, no prazo de 90 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central tem que apresentar, em reunião conjunta

das comissões temáticas do Congresso, a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de operações e os resultados dos balanços.

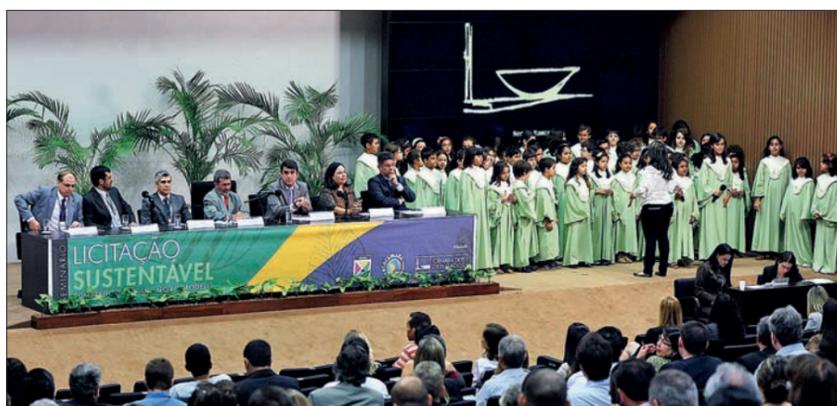
Ainda está pendente de agendamento na CMO a audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin. A Lei de Responsabilidade Fiscal também determina que o secretário do Tesouro compareça periodicamente ao Congresso para falar sobre o cumprimento, por quadrimestre, das metas fiscais do governo federal.

Para diretor-geral, plano de gestão do Senado é referência

O diretor-geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira, e integrantes do Núcleo de Ações Socioambientais (NCAS) participaram ontem do Seminário Licitação Sustentável — construção de um novo modelo, promovido pelo Comitê de Gestão Socioambiental (Ecocâmara) da Câmara dos Deputados. Bandeira destacou a assinatura do ato 24 da Diretoria-Geral, que institui as diretrizes de um plano de gestão de logística sustentável (PGLS) para a Casa.

O diretor-geral informou que o Senado vem cumprindo à risca a norma legal prevista pela Lei de Licitações (8.666/1993) que fixa que todas as compras públicas devem levar em conta não só a proposta mais vantajosa para a administração, mas também a promoção do desenvolvimento sustentável.

— Com o nosso PGLS, teremos uma ferramenta de planejamento, com ações de metas e prazos, capaz de estimular práticas rotineiras de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos em toda a estrutura



Bandeira (3º à dir., à mesa) anunciou que o uso de materiais e serviços será avaliado mensalmente

administrativa da Casa — declarou.

Ele anunciou inventário no âmbito da estrutura administrativa, que possibilitará monitoramento e avaliação mensal do uso de materiais e serviços.

Compra responsável

Foi consenso entre os participantes que a sociedade cobra cada vez mais do gestor público um novo conceito de compras, no qual a instituição deve,

além de buscar a transparência do gasto público, considerar os impactos ambientais negativos relacionados ao bem adquirido.

Com mudança feita em 2010, a Lei de Licitações já prevê que as licitações devem levar em conta a promoção do desenvolvimento sustentável, e não apenas a proposta mais vantajosa para a administração. A Instrução Normativa 1/2010 do Ministério do Planejamento

determina que a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras por órgãos e entidades da administração pública federal deverão considerar os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

O seminário buscou promover um padrão sustentável de aquisições, por meio da capacitação de gestores e servidores que atuam nos processos de contratos e compras. A diretora do Departamento de Logística do Ministério do Planejamento, Ana Maria dos Santos, destacou que o poder de compra do Estado é de cerca de 20% do PIB. Para a diretora, o Estado pode promover o desenvolvimento sustentável, para dar exemplo a outros consumidores e ajudar a baratear os produtos. Segundo ela, o modo de descarte dos produtos deve ser levado em conta na licitação.

— Temos que comprar produtos recicláveis e reciclados, com menos substâncias tóxicas e que tenham menos impactos para o meio ambiente.

Marta pede empenho na valorização da cultura

Depois de dois anos como integrante do governo Dilma, a senadora fez o primeiro pronunciamento na retomada do mandato, destacou as realizações como ministra e foi elogiada por diversos colegas

DE VOLTA AO Senado depois de dois anos como ministra da Cultura, a senadora Marta Suplicy (PT-SP) reafirmou compromisso com a defesa dos direitos civis e da diversidade e pediu empenho aos parlamentares na valorização das artes e da cultura.

A senadora agradeceu à presidente Dilma Rousseff pela oportunidade de trabalhar com o “imenso talento criativo” do povo brasileiro e cumprimentou os parlamentares pelo apoio às iniciativas do Ministério da Cultura. Entre as realizações, ela destacou as reformas na arrecadação de direitos autorais e a implementação do vale-cultura.

— A projeção é de que, no primeiro semestre de 2015, vamos ultrapassar 1 milhão de cartões entregues. É uma injeção bastante acentuada de recursos na cultura. Antes, o país tinha por desafio superar a fome de comida. Hoje, os brasileiros querem mais: querem o alimento para a alma.

Marta pediu união nacional pela retomada do crescimento e pela democracia. Na avaliação dela, depois da reeleição da presidente Dilma, um movimento de pequenos grupos tem buscado “desestabilização institucional”.

Falando em nome da liderança do PT, Wellington Dias (PI) disse ter orgulho do tra-

balho de Marta no ministério. O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), destacou o vale-cultura:

— Tenho certeza de que, ao longo do tempo, haverá o reconhecimento da nação brasileira por essa importante conquista — elogiou.

Outras ações da ex-ministra — como a revitalização dos museus brasileiros e a modernização da Lei de Direitos Autorais — foram lembradas pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que classificou como notável o desempenho de Marta à frente da pasta.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que foi da petista a melhor gestão que o Ministério da Cultura já teve. Ele enalteceu a passagem da senadora pelo governo citando a poeta Cora Coralina.

— Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da

vida, plantando verso e espalhando flores — declamou.

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), ex-ministra da Casa Civil, destacou a competência, a eficiência e a dedicação de Marta. Já o senador Pedro Taques (PDT-MT) reiterou que o Senado é quem ganha com a volta de Marta ao mandato.

— Seja fria ou seja quente, Vossa Excelência não é morna. Tem personalidade — disse.

Para o senador José Sarney (PMDB-AP), a senadora volta para dar brilho à Casa.

— Vossa Excelência é uma grande mulher, uma grande líder política deste país.

Também parabenizaram a senadora: José Pimentel (PT-CE), Kátia Abreu (PMDB-TO), Gim (PTB-DF), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Cristovam Buarque (PDT-DF), Lídice da Mata (PSB-BA) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).



Marta ressalta o vale-cultura como uma das realizações dela no ministério



Divisão por igual da responsabilidade com os filhos pode ser automática

Guarda compartilhada de filhos será tema de audiência amanhã

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove audiência pública amanhã sobre o projeto que trata da guarda compartilhada de filhos. O debate terá a participação de especialistas e de representantes da sociedade civil.

A proposta (PLC 117/2013) altera artigos do Código Civil e especifica a necessidade de divisão equilibrada do tempo de convivência dos filhos com a mãe e o pai, o que possibilita a supervisão compartilhada dos interesses da criança ou adolescente. Fixa ainda multa para o estabelecimento — entre eles, a escola — que se negar a dar informações a qualquer um dos pais sobre o menor.

A audiência foi requerida por Jayme Campos (DEM-MT), relator do projeto. Para ele, a guarda compartilhada automática entre o pai e a mãe é uma possibilidade de solução na separação dos casais, quando os filhos menores são os principais prejudicados.

O senador condena a chamada síndrome de alienação parental, na qual a criança desenvolve um sentimento

de repúdio a um dos pais por influência do outro.

O projeto passou pela CDH, onde recebeu substitutivo de Ângela Portela (PT-RR). Depois, seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que aprovou relatório do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), restabelecendo o texto original.

Na semana passada, Romero Jucá (PMDB-RR) pediu que a CAS apreciasse as emendas sugeridas por ele. Segundo o senador, a primeira exige clareza na decisão do juiz que não autorizar a guarda compartilhada. A segunda emenda determina que o juiz ou membro do Ministério Público que souber de violência contra criança fique responsável pelas providências a serem tomadas.

Foram convidados para o debate representantes da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude; da Associação de Pais e Mães Separados; do Instituto Brasileiro de Direito da Família; da Associação Brasileira Criança Feliz, entre outros.

Plenário avalia trânsito de forças estrangeiras no Brasil

Projeto que define casos em que forças estrangeiras podem transitar ou permanecer em território brasileiro está na pauta de hoje do Plenário.

O PLC 34/2014, de origem do Executivo, facilita a autorização, por exemplo, para que aeronaves militares estrangeiras sobrevoem o país em certas situações.

A votação era esperada semana passada, mas o presidente do Senado, Renan

Calheiros, encerrou a ordem do dia por falta de quórum. Por se tratar de projeto de lei complementar, a aprovação da proposta depende da maioria absoluta da composição da Casa, ou seja, 41 votos favoráveis.

— Toda força estrangeira que transita no Brasil precisa da autorização da presidente da República e isso cria embaraços. Nós estamos aprovando um projeto de lei para que o

ministro da Defesa possa fazer exatamente essa autorização. É um projeto consensual — disse Renan.

Também pode ser avaliado hoje em Plenário o Projeto de Lei do Senado (PLS) 250/2005 — Complementar, do senador Paulo Paim (PT-RS), que estabelece requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos servidores públicos com deficiência.

Projeto que beneficia demitidos da Caixa pode ter votação final hoje

Proposta que reintegra os ex-empregados da Caixa dispensados sem justa causa ou coagidos a pedir demissão entre 1995 e 2003 pode ser votada hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Se aprovado e se não houver recurso para votação em Plenário, o texto irá à Câmara.

O PLS 76/2007 determina a reintegração no mesmo cargo. Também garante contagem do

tempo de serviço, progressão salarial e pagamento das contribuições previdenciárias.

Para Inácio Arruda (PCdoB-CE), autor do projeto, a medida repara injustiça. O relator, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), é favorável. Gleisi Hoffmann (PT-PR) apresentou voto em separado, contra a proposta. Ela diz que a Caixa deve sujeitar-se ao regime jurídico das empresas privadas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

As 11 comissões permanentes do Senado e as 22 da Câmara podem apresentar, cada uma, até três sugestões ao Anexo de Metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Comissões aprovam emendas à LDO 2015

QUATRO COMISSÕES DO Senado votaram ontem emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015. A votação de emendas continua hoje e amanhã, em outras comissões. As emendas serão protocoladas na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que analisará a inclusão no relatório final da proposta orçamentária. A previsão é de que o relator, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresente o texto quarta-feira que vem. O relatório preliminar foi aprovado quarta-feira passada.

A LDO é o instrumento por meio do qual o Executivo estabelece as principais diretrizes e metas da administração pública para um exercício. Apresenta regras para a elaboração do Orçamento do ano.

As emendas de cada uma das 11 comissões permanentes do Senado e das 22 comissões permanentes da Câmara têm de ter conteúdo restrito às competências regimentais da respectiva comissão.



Relator da LDO 2015, o senador Vital do Rêgo deve entregar à Comissão de Orçamento, na próxima quarta-feira, parecer com emendas das comissões temáticas

Arranjos produtivos locais podem ter prioridade

O provimento de infraestrutura para arranjos produtivos locais (APLs) foi uma das ações da União em 2015 priorizadas em emenda da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A prioridade foi sugerida pelos

senadores do Distrito Federal Cristovam Buarque (PDT) e Rodrigo Rollemberg (PSB).

A comissão aprovou outras duas emendas para dar prioridade à promoção do desenvolvimento de micros

e pequenas empresas e para fortalecer o desenvolvimento industrial, conforme sugestão de Cyro Miranda (PSDB-GO), Waldemir Moka (PMDB-MS), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Cristovam Buarque.

Também foram aprovadas 20 emendas ao texto do projeto da LDO para 2015, apresentadas pelos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), Eduardo Braga (PMDB-AM) e Cristovam Buarque.

Atenção à coleta seletiva e à inclusão digital

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) quer assegurar ao menos a mil municípios, durante 2015, a possibilidade de desenvolver planos e projetos, além de executar obras e adquirir equipamentos, na área de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos. Esse é o objetivo de uma das emendas ao projeto da LDO 2015 aprovadas ontem.

Outra emenda, entre as três que podem ser indicadas ao Anexo de Metas e Prioridades, fortalece o monitoramento do desmatamento, de queimadas

e de incêndios florestais no país. A intenção é garantir aos órgãos governamentais responsáveis pelo controle do desmatamento a capacidade de produzir mais 20 mil mapas de acompanhamento, que resultam de dados de sistemas de análises de imagens por satélite.

A CMA ainda decidiu reforçar o funcionamento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, por meio de ações de capacitação, estudos e pesquisas. Essa emenda e as anteriores foram sugeridas por Cristovam Buarque (PDT)

e Rodrigo Rollemberg (PSB), ambos do DF.

A Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCT) também aprovou emendas ao Anexo de Metas do projeto que trata da LDO 2015. Uma delas amplia as metas já previstas para fomentar a pesquisa e o desenvolvimento no campo da inovação ao processo produtivo.

Além disso, a comissão sugere reforço de ação para estímulo da pesquisa e inovação em biotecnologia, fármacos e medicamentos e apoio a projetos de inclusão digital.

Parlamentares buscam reforço à educação básica e profissional

Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), as emendas ao projeto da LDO 2015 destinam-se a ações para infraestrutura na educação básica, expansão e reestruturação de instituições federais de educação profissional e tecnológica e promoção e fomento à cultura brasileira.

Segundo o relator na CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), foram oferecidas 105 propostas de emendas a serem incluídas no Anexo de Metas e Prioridades da LDO. Desse total, 49 para a educação básica, 11

para a educação profissionalizante, 8 para o ensino superior, 22 para o setor cultural e 15 para a área de esporte.

No entanto, apenas três emendas ao Anexo de Metas foram acolhidas pelo relator, uma vez que esse é o limite que cada comissão permanente pode oferecer ao texto. O colegiado também aprovou emendas de redação ao texto da LDO. Cyro disse que procurou, de modo geral, contemplar as sugestões que receberam mais apoio dos parlamentares.

Convalidação de incentivos fiscais deve ser votada semana que vem

Senadores e membros do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) reuniram-se ontem para acertar a votação do projeto que convalida incentivos fiscais concedidos pelos estados.

A proposta (PLS 130/2014), já aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), recebeu 14 emendas, que deverão ser examinadas pelo colegiado na próxima semana, antes da votação final em Plenário.

— Creio que as emendas terão um desfecho consensual de acordo com a posição que o Confaz pretende adotar — disse o senador Luiz Henrique (PMDB-SC), para quem o projeto poderá ser votado na CAE e no Plenário na próxima semana.

O Confaz pediu que os senadores intercedam junto aos deputados por uma aprovação rápida da PEC 103/2011, que regulamenta a divisão, entre os estados, do ICMS no comércio eletrônico.

A PEC está na Câmara desde 2012, onde foi aprovada por comissão especial e aguarda votação final em Plenário. No dia 11, foi aprovado, em primeiro turno, um substitutivo ao texto que passou no Senado. Luiz Henrique disse ter obtido do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, garantia de votação na próxima semana.

Além de Luiz Henrique, participaram da reunião os senadores Armando Monteiro (PTB-PE), Eduardo Suplicy (PT-SP), Romero Jucá (PMDB-RR), Cyro Miranda (PSDB-GO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) — autora do projeto original —, o coordenador do Confaz, José Barroso Tostes Neto, e outros integrantes do conselho.



Luiz Henrique coordena reunião da CAE, que recebeu membros do Conselho de Política Fazendária

Suplicy lembra trajetória de Carolina de Jesus

Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou ontem o centenário da escritora Carolina Maria de Jesus e lembrou a trajetória dela. Moradora de favela em São Paulo e catadora de papel, Carolina escreveu sobre o próprio cotidiano com linguagem "sensível e poética" e tornou-se uma das autoras brasileiras mais lidas no mundo. Segundo o senador, o primeiro livro da escritora, *Quarto de Despejo*, foi publicado, desde 1960, em mais de 40 países e vendeu 1,5 milhão de exemplares.

Suplicy destacou a consciência de Carolina, que faria 100 anos este ano, sobre as injustiças sociais. Ressaltou a capacidade dela de retratar a realidade do Brasil, frisando que muito do que foi descrito há mais de 50 anos continua a ocorrer nas periferias das metrópoles.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Sob discussões acaloradas entre parlamentares da oposição e da base do governo, projeto que permite ao Executivo se ajustar à meta fiscal pode ser votado em Plenário hoje

Comissão aprova mudança no superávit 2014

EM REUNIÃO MARCADA por forte embate entre parlamentares da oposição e da base do governo, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou na noite de ontem o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) ao projeto de lei (PLN 36/2014) que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2014 para mudar o cálculo do superávit primário por parte do governo federal. A sessão chegou a ser suspensa duas vezes, em meio a debates acalorados.

Por exigência da oposição, atas das últimas três reuniões foram lidas, discutidas e votadas. Inúmeras questões de ordem foram apresentadas, o que adiou o objetivo do governo até as 23h10. Romero Jucá nem sequer leu o relatório, alegando que a matéria já era conhecida por todos. Agora o PLN está pronto para ser votado no Plenário do Congresso, provavelmente hoje.

Durante a reunião, a disputa entre governistas e opositoristas foi acirrada e gerou momentos de tensão, em especial após a aprovação das atas, que precedeu a análise do projeto.

A estratégia da oposição era prolongar a discussão das atas ao máximo para esvaziar o Plenário e adiar a votação do projeto por falta de quórum. Ao longo da sessão, líderes da oposição chegaram a se dirigir à Mesa para exi-



Comissão de Orçamento permaneceu lotada até as 23h10, quando parecer de Jucá foi aprovado em votação simbólica, sob protestos da oposição

gir do presidente da CMO, deputado Devanir Ribeiro (PT-SP), a leitura das atas. A oposição utilizava todos os recursos regimentais para evitar a leitura e a votação do relatório de Jucá. O governo, por sua vez, mantinha lotado o Plenário da comissão.

Assim que Devanir anunciou a aprovação das atas e do requerimento para inversão de pauta, permitindo assim a votação da mudança do superávit, parlamentares da oposição se dirigiram novamente à Mesa. Sob tumulto ao redor da Mesa, cercada por deputados

e senadores de ambos os lados, o relatório de Jucá foi aprovado em votação simbólica. Enquanto os governistas aplaudiam, os opositoristas contestavam a condução da reunião.

Vários parlamentares acusaram Devanir Ribeiro de desrespeitar a oposição e o Regimento Interno, de truculência e de se sujeitar ao Executivo. O deputado Mendonça Filho (DEM-PE) afirmou que o Congresso brasileiro “não era o Congresso da Venezuela ou o Congresso cubano”. Já o deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) afirmou que a

presidente Dilma Rousseff incorria em crime fiscal ao propor a alteração na meta de superávit de 2014.

— O governo aceita admitir que foi incapaz de cumprir as metas. O PLN 36 é um cheque em branco que a presidente da República está pedindo ao Congresso Nacional. Ao invés de termos poupança, estamos gastando aquilo que não temos — afirmou.

A mesma opinião foi compartilhada pelo deputado Izalci (PSDB-DF), para quem o governo queria “mudar a regra do jogo no final do campeonato”.

Relator, Romero Jucá rejeita todas as 80 emendas apresentadas

No parecer, Romero Jucá deu voto favorável ao projeto do Executivo e contrário às 80 emendas apresentadas. O senador defende que a alteração da meta de resultado do superávit primário é necessária devido ao grande número de desonerações tributárias promovidas pelo governo Dilma.

“Foram desonerações no campo previdenciário-trabalhista, na área de combustíveis, para reduzir o custo da cesta básica, incentivar a produção, estimular o crédito e alavancar os investimentos”, argumenta.

Além disso, pontua, o governo promoveu inúmeros programas de inves-

timentos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), transferências de recursos a estados e municípios e gastos com programas sociais. Jucá afirma que a meta de resultado primário “não é imutável ou rígida”.

A LDO 2014 estabelece como meta de superávit primário R\$ 116 bilhões,

sendo possível abater até R\$ 67 bilhões referentes a desonerações e investimentos do PAC. Assim, a meta cai para R\$ 49 bilhões. Como as contas acumulam déficit superior a R\$ 20 bilhões, o governo pretende descontar o total das desonerações e do PAC (mais R\$ 130 bilhões) e se ajustar à meta prevista.

Oposição pode obstruir votação na sessão conjunta de hoje

Logo após a tumultuada votação na CMO, senadores e deputados de oposição se reuniram a portas fechadas para definir que ação tomar contra a aprovação do projeto, que eles consideraram irregular. Os opositoristas poderão entrar com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo a anulação da reunião de ontem. Eles também querem acesso ao áudio da reunião para comprovar se houve irregularidade.

Outra possibilidade é a obstrução da sessão conjunta do Congresso marcada para as 11h de hoje, quando a mudança do cálculo do superávit primário pode ser votada após deliberação sobre 38 vetos presidenciais, que têm prioridade.

— Vamos obstruir a votação dos vetos. Temos que levar o debate ao limite para que aquilo que eles estão querendo que seja aprovado sem o devido raciocínio não aconteça — afirmou José Agripino (RN), líder do DEM no Senado.



Líder do DEM, José Agripino afirma que pretende levar o debate ao limite

Entre os vetos a serem analisados, o principal é o que rejeitou integralmente as novas regras para a criação de municípios (PLS 104/2014 — Complementar). Originado no Senado e aprovado definitivamente em agosto, o projeto foi uma segunda tentativa de regular o assunto, após uma proposta anterior também ser vetada pela Presidência.

Entre os projetos na pauta, três abrem créditos orçamentários para os Ministérios das Cidades e da Previdência

Social, as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e o Ministério Público da União.

O quarto projeto na pauta do Plenário, PLN 5/2014, altera a LDO de 2014 para excetuar do cumprimento de prazos preestabelecidos um aumento salarial para os agentes, escrivães e papiloscopistas da Polícia Federal e os peritos federais agrários. O reajuste foi concedido pela Medida Provisória 650/2014, já aprovada pelo Congresso.

(Com Agência Câmara)

Cristovam diz que projeto mostra que governo não tem como cumprir a meta

No Plenário do Senado, antes da votação na CMO, Cristovam Buarque (PDT-DF) informou que apresentou emendas à proposta que altera a LDO. Segundo ele, o projeto demonstra que o governo não tem como cumprir a meta fiscal.

Para o senador, a “maquiagem” proposta decorre do fato de o governo ter gastado demais, inclusive com pagamento de propina, como está sendo revelado nas investigações da Polícia Federal, que já prendeu diretores da Petrobras e empreiteiros.

Entre as emendas apresentadas por Cristovam, estão a que não permite redução da meta do superávit primário previamente fixado, a que unifica cadastros de obras custeadas com recursos da União, a que define metas, indicadores e prazos de vigência para proposições que tratem de renúncias de

receitas e a que define prazo para que o Congresso aceite ou não as contas a serem prestadas pela Presidência.

— Eu fiz o meu dever, tentei fazer com que o trabalho da elaboração do próximo Orçamento seja feito com mais realidade, com menos improvisado, com mais previdência, com menos descuido. E eu espero que a presidente Dilma, que disse que ia fazer um Brasil diferente, que faça um Brasil diferente no mínimo na elaboração do Orçamento — disse o senador.



Cristovam afirma que o Orçamento deve ser feito com mais realidade



Itamar Franco (Minas Gerais)



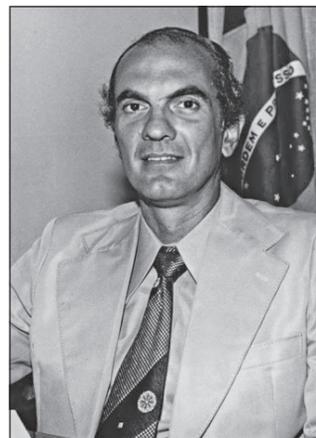
Mauro Benevides (Ceará)



Paulo Brossard (Rio Grande do Sul)



Marcos Freire (Pernambuco)



Saturnino Braga (Rio de Janeiro)



Lázaro Barbosa (Goiás)



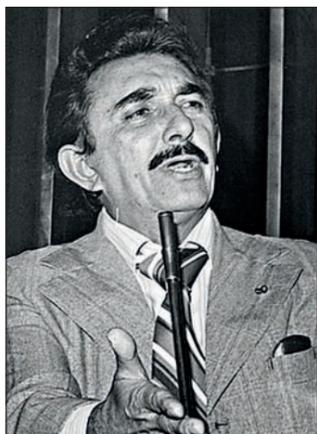
Dirceu Cardoso (Espírito Santo)



Gilvan Rocha (Sergipe)



Evelásio Vieira (Santa Catarina)



Agenor Maria (Rio Grande do Norte)



Danton Jobim (Guanabara)



Ruy Carneiro (Paraíba)



Leite Chaves (Paraná)

SENADO 74

A eleição que abalou a ditadura

NESTE MÊS completam-se 40 anos de uma data pouco lembrada, mas decisiva para a história política contemporânea do Brasil. Em 15 de novembro de 1974, a ditadura militar sofreu uma inesperada derrota nas urnas, que marcou a ascensão definitiva do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, como partido viável de oposição.

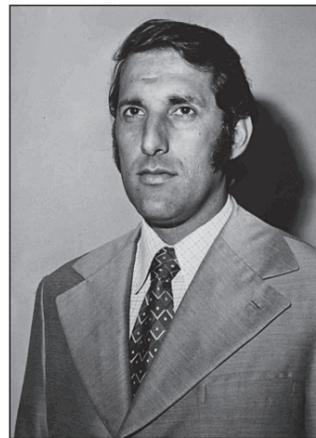
Naquela eleição foram escolhidos senadores, deputados federais e deputados estaduais. Foi na corrida ao Senado que o governo sofreu uma derrota marcante. Dos 22 estados que na época elegiam senadores, o MDB triunfou em 16. Entre os 16 eleitos (*retratados nesta página*), estavam lideranças até então desconhecidas no cenário nacional e que se tornariam protagonistas da política brasileira nos anos seguintes, como Itamar Franco (Minas Gerais), Orestes Quércia (São Paulo), Paulo Brossard (Rio Grande do Sul) e Marcos Freire (Pernambuco).

A eleição de 74 era para apenas um terço dos senadores. Por isso, a Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido de sustentação do regime, pôde manter a maioria no

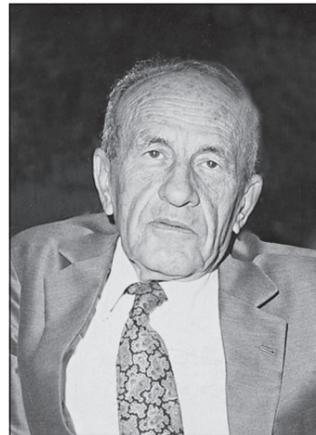
Plenário. Para evitar um desastre na eleição seguinte, o governo mudou a regra do jogo. Um ano e meio antes da eleição de 1978, o general Ernesto Geisel — quarto dos cinco presidentes militares da ditadura — fechou o Congresso e, durante o recesso, impôs uma reforma política que impedia o MDB de assumir o controle das duas Casas.

O retrocesso representado pelo Pacote de Abril de 1977 mostrou que o caminho até a volta da democracia ainda seria tortuoso. No entanto, a vitória da oposição em 1974 representou uma mudança irreversível no panorama político brasileiro: a partir dali, o fim da ditadura pela via legal deixava de ser uma utopia.

Este encarte, produzido a partir do especial “Senado 74 — a eleição que abalou a ditadura”, de Adriano Faria para a Rádio Senado, recapitula a história da eleição, com depoimentos de três dos protagonistas, os ex-senadores Brossard, Saturnino Braga e Mauro Benevides — este, o único dos 16 vitoriosos do MDB ainda exercendo mandato eletivo, na Câmara dos Deputados.



Orestes Quércia (São Paulo)



Adalberto Sena (Acre)



Evandro Carneira (Amazonas)

FOTOS: SENADO FEDERAL



As primeiras páginas de O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil de 17 de novembro de 1974, quando a contagem dos votos já indicava a vitória da oposição

O início do declínio do regime militar

Fatores externos, como a crise do petróleo, e internos, como as disputas entre lideranças da Arena, ajudaram o MDB a surpreender na eleição de 1974

1974 FOI O "PONTO DE INFLEXÃO" DO REGIME MILITAR, PARA O HISTORIADOR ANTONIO BARBOSA: "DALI EM DIANTE, FOI UM PLANO INCLINADO"

EM ABRIL de 1974, o regime militar completava dez anos, com poucas ameaças no horizonte. Um simulacro de democracia era mantido, com eleições diretas apenas para deputados, senadores, vereadores e parte dos prefeitos. Nas eleições de 1970, uma ala da oposição, com muitos dos líderes presos ou exilados, pregou o voto em branco. O resultado foi uma vitória esmagadora da Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido de apoio à ditadura, que passou a deter mais de dois terços da Câmara e mais de quatro quintos das cadeiras do Senado.

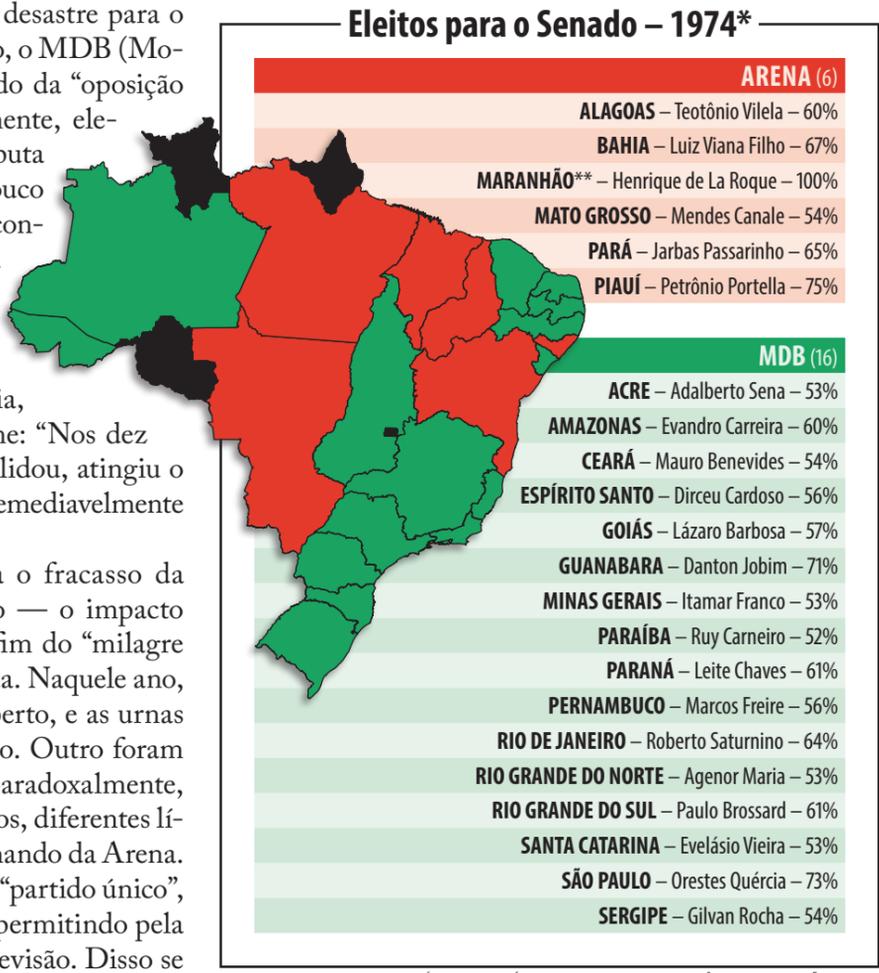
O ano de 74 terminaria, porém, em desastre para o governo. Nas eleições de 15 de novembro, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido da "oposição consentida", se recuperou espetacularmente, elegendo 16 senadores, das 22 vagas em disputa (um terço das vagas de então), e por pouco não obteve a maioria da Câmara, tendo conquistado 161 das 364 cadeiras, ou 44%. Como um regime ditatorial poderia ter permitido essa derrota eleitoral?

Para Antonio Barbosa, historiador e professor da Universidade de Brasília, 1974 foi o "ponto de inflexão" do regime: "Nos dez anos anteriores, de 64 a 74, ele se consolidou, atingiu o auge. Nos dez anos posteriores, ele vai irremediavelmente vivendo o seu plano inclinado".

Diversos fatores contribuíram para o fracasso da Arena em 1974. Um deles era externo — o impacto da crise do petróleo contribuiu para o fim do "milagre econômico" brasileiro do início da década. Naquele ano, a classe média já começava a sentir o aperto, e as urnas foram a forma de exprimir a insatisfação. Outro foram as divisões internas do governo, fruto, paradoxalmente, da vitória total de 1970. Em vários estados, diferentes líderes passaram a se engalfinhar pelo comando da Arena. Preocupada com a imagem de regime de "partido único", a ditadura afrouxou as regras eleitorais, permitindo pela primeira vez os debates no rádio e na televisão. Disso se

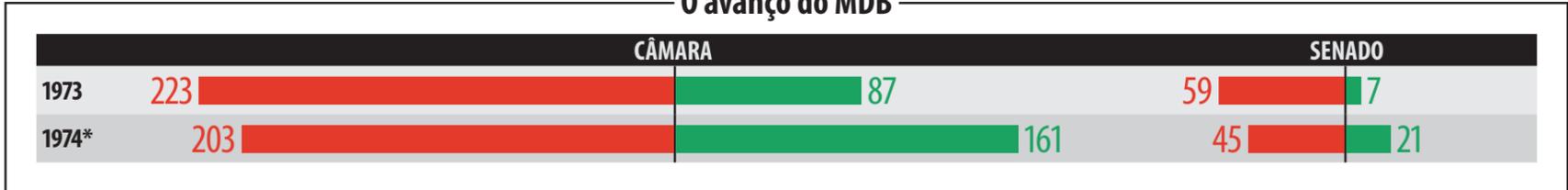
aproveitaram nomes do MDB até então pouco conhecidos, como Paulo Brossard (Rio Grande do Sul), Itamar Franco (Minas Gerais), Marcos Freire (Pernambuco) e Roberto Saturnino Braga (Rio de Janeiro).

Quando a contagem dos votos começou, a surpresa foi geral. Ao conquistar mais de um terço da Câmara, o MDB adquiriu o direito de solicitar comissões parlamentares de inquérito e exercer de fato o papel de oposição. Líderes como Ulysses Guimarães e Franco Montoro saí-



*O DISTRITO FEDERAL E OS TERRITÓRIOS DE AMAPÁ, FERNANDO DE NORONHA, RONDÔNIA E RORAIMA NÃO ELEGIAM SENADORES. OS ELEITORES DO DISTRITO FEDERAL PODIAM VOTAR NOS CANDIDATOS DE SEUS ESTADOS DE ORIGEM. **O MDB NÃO APRESENTOU CANDIDATO NO MARANHÃO.

O avanço do MDB



*O NÚMERO DE CADEIRAS NA CÂMARA AUMENTOU DE UMA ELEIÇÃO PARA OUTRA.



Artilharia israelense durante a guerra de 1973: o conflito levaria a uma crise mundial do petróleo



Eleitores votam, em 2006, no Distrito Federal: cabine de papelão surgiu na eleição de 1974

ram fortalecidos das urnas. O próprio presidente Ernesto Geisel reconheceu de maneira um tanto constrangida, no discurso televisivo de fim de ano, a vitória da oposição (leia na próxima página).

Ironicamente, a derrota eleitoral serviu para o regime se apresentar ao Brasil como uma democracia. A reação, porém, não tardaria: a Lei Falcão (do nome do então ministro da Justiça, Armando Falcão) limitou a propaganda eleitoral na TV a currículos e retratos dos candidatos. E em 1977 Geisel fechou o Congresso e decretou uma reforma política, criando a eleição indireta para um terço do Senado (os chamados senadores biônicos) e garantindo para a Arena, na prática, a maioria parlamentar. Tudo para evitar a perspectiva de nova vitória do MDB. A ditadura ganhava, assim, sobrevida. A democracia ficaria para depois, mas o processo de derrocada iniciado pela eleição de 1974 não seria mais revertido.

Um ano de transformações

O ano de 1974 foi conturbado em várias partes do mundo. Foi o ano da Revolução dos Cravos, em abril, que derrubou a ditadura salazarista em Portugal; da morte do líder argentino Juan Domingo Perón, em julho; e da renúncia, em agosto, do presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, pressionado pelo escândalo de Watergate.

A repercussão desses três acontecimentos se prolongaria pelos anos seguintes. Em Portugal, uma das consequências foi o fim do que restava do império colonial, com a independência de Moçambique, Angola, Guiné, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Na Argentina, Perón foi sucedido pela mulher, María Estela. Isabelita, como era conhecida, não resistiu à pressão dos militares e seria derrubada por um golpe em 1976, dando início a sete anos de ditadura. Nos Estados Unidos, nem a retirada americana do Vietnã, completada em 1975, impediu a derrota de Gerald Ford, sucessor de Nixon, para o democrata Jimmy Carter na eleição presidencial de 1976.

Mas o fato externo que mais influenciou a conjuntura eleitoral brasileira teve origem no ano anterior — a guerra árabe-israelense de 1973. Uma aliança de países árabes, liderada pelo Egito, atacou Israel de surpresa no Dia do Perdão, feriado do calendário judaico. Com apoio americano e europeu, Israel reagiu e venceu em poucos dias o confronto. Em represália, as nações árabes exportadoras de petróleo decidiram boicotar os aliados de Israel e promoveram um aumento brutal do preço do barril de petróleo, que passou de US\$ 3 para US\$ 12 em poucos meses. O choque provocou uma recessão mundial, cujos efeitos se fizeram sentir rapidamente no Brasil. O Proálcool, programa de substituição da gasolina pelo etanol, lançado em 1975, foi uma consequência dessa crise.

Tragédias no Brasil

Num ambiente de repressão política, a aspiração pela liberdade no Brasil se manifestou por meio das artes. Na primeira metade da década de 1970, surgiram algumas das maiores obras-primas da música popular brasileira.

O ano de 1972 marca a explosão dos Novos Baianos; o de 1973, a dos Secos & Molhados. Em 1974, os já consagrados Elis Regina e Tom Jobim se juntam para gravar o clássico LP *Elis & Tom*.

Foi um ano de tragédias marcantes no Brasil. O incêndio do Edifício Joelma, no centro de São Paulo, matou 191 pessoas e chocou o país no primeiro dia de fevereiro. Em março, uma enorme enchente matou quase 200 pessoas e desabrigou mais de 60 mil em Tubarão (SC). A ditadura abafou a gravidade de uma epidemia de meningite em São Paulo. O governo dava continuidade à política de grandes obras. Uma foi inaugurada — a Ponte Rio-Niterói, prevista para ficar pronta três anos antes — e outra, anunciada: a Usina Hidrelétrica de Itaipu, a maior do mundo, que entraria em operação dez anos depois.

Debates, novidade na TV

Alguns detalhes da legislação eleitoral de 1974 ainda subsistem no Brasil de quatro décadas depois. A propaganda paga no rádio e na TV foi proibida a partir daquele ano. Também foi criada a obrigação de fornecimento gratuito de transporte, pela Justiça Eleitoral, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais. Na época, era uma forma de garantir a maior votação possível para a Arena nos chamados grotões, onde o governo tinha ampla maioria. Outra novidade daquele ano foi a cabine eleitoral de papelão, fácil de produzir e transportar.

Porém, a mudança mais marcante na eleição de 74 foram os debates na televisão. Marcaram época os debates entre Orestes Quércia e Carvalho Pinto, em São Paulo, e Paulo Brossard e Nestor Jost, no Rio Grande do Sul.

O Distrito Federal não elegia senadores, mas os eleitores residentes em Brasília não deixaram de escolher representantes para o Senado: em 1974 eles puderam votar nos candidatos de seus estados de origem, desde que se inscrevessem com antecedência.

O DISTRITO FEDERAL NÃO ELEGIA SENADORES, MAS OS ELEITORES PODIAM VOTAR NOS CANDIDATOS DE SEUS ESTADOS DE ORIGEM

Acesse o vídeo produzido sobre o assunto:
<http://bit.ly/Senado74>



A Ponte Rio-Niterói: uma das maiores obras do regime militar foi inaugurada em 1974

O depoimento de quem foi protagonista da história

A eleição que mudou a política nacional, vista 40 anos depois por três dos senadores eleitos pelo MDB, e o discurso da derrota do presidente Geisel

TRÊS DOS 16 senadores eleitos em 1974 falaram à Rádio e ao **Jornal do Senado** sobre aquela eleição. Em comum, uma constatação: no início da campanha, ninguém acreditava nas chances de vitória do MDB. Roberto Saturnino Braga foi lançado a pedido de um velho líder do antigo estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas. No Rio Grande do Sul, Paulo Brossard foi

pego de surpresa pelo convite para ser candidato. E Mauro Benevides enfrentou a força das oligarquias da Arena no Ceará. Eles e outros 13 saíram das urnas como vencedores, o que levou o general Ernesto Geisel a um duro discurso, um mês depois. Ao mesmo tempo em que reconhecia a vitória do MDB, o presidente atribuía a derrota da Arena a “dissensões internas”, fruto de uma “emoliente maioria”.



JOSE CRUZ/AGÊNCIA SENADO

SATURNINO BRAGA

Eleito no antigo estado do Rio de Janeiro, um ano antes da fusão com a Guanabara. Foi senador (1975–1985 e 1999–2007) e prefeito do Rio (1986–1988). Tem 83 anos e mora no Rio.

“A eleição de senador, naquele momento, era a única eleição majoritária do país. Então passou a ter um significado todo especial e os senadores eleitos se tornaram as lideranças importantes em cada estado.

No primeiro momento, a classe média das grandes cidades apoiou o golpe, sem dúvida nenhuma. Em 74, já havia um sentimento de que era importante restabelecer a democracia. Naquele momento, a opinião pública estava virando realmente contra os militares.

No Rio de Janeiro, ninguém no MDB queria aceitar ser candidato, porque Paulo Torres era considerado imbatível. A Arena, na eleição anterior, tinha dado uma lavagem no MDB, e o velho Amaral Peixoto me fez um apelo, dizendo que eu iria prestar um serviço ao partido.”

“NINGUÉM QUERIA ENFRENTAR A ARENA. O VELHO AMARAL PEIXOTO ME FEZ UM APELO”
— SATURNINO BRAGA

“NO PRIMEIRO DISCURSO EU DISSE: ENQUANTO ESTIVER AQUI, NÃO VOU PEDIR LICENÇA A NINGUÉM!”
— PAULO BROSSARD

“O GOVERNADOR CÉSAR CALS DISSE QUE ‘NEM O PADRE CÍCERO’ VENCERIA O CANDIDATO DA ARENA”
— MAURO BENEVIDES



MÁRCIA KALUWE/AGÊNCIA SENADO

PAULO BROSSARD

Foi senador até 1983, ministro da Justiça (1986–1989) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1989–1994). Tem 90 anos e mora no Rio Grande do Sul.

“Eu não pretendia ser candidato a coisa nenhuma. Eu sempre digo que fui objeto da ‘traição’ do meu amigo Alcides Saldanha, que me forçou a ir a Caçapava. Era só para ir a uma inauguração não sei de quê, e, quando eu menos esperava, saiu uma enorme recepção, anunciando a minha candidatura.

Naquele eleição, havia apenas uma vaga para o Senado. Se houvesse duas, a oposição teria feito a maioria.

Quando fiz o primeiro discurso no Senado, disse: ‘Fui eleito para oito anos. No entanto, meu mandato pode durar oito meses... ou oito semanas... ou oito dias... ou oito horas. Entenderam? Pois bem, quero dizer que, enquanto estiver aqui, não vou pedir licença a ninguém para dizer o que eu entenda que devo dizer! A ninguém!’”



MÁRCIA KALUWE/AGÊNCIA SENADO

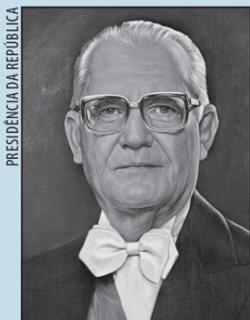
MAURO BENEVIDES

Exerceu dois mandatos no Senado (1975–1983 e 1987–1995) e presidiu a Casa de 1991 a 1993.

É deputado federal (PMDB-CE) desde 2007. Tem 84 anos.

“A Arena era imbatível. O MDB tinha perdido em 1970. Na eleição de 74, a mim coube assumir aquela disputa, arriscada e matematicamente impossível. Mas a força do povo esteve caracterizada pela manifestação espontânea naquela eleição. O próprio governador César Cals, na época, numa explosão de entusiasmo, disse que ‘nem o Padre Cícero’ venceria o candidato da Arena. Isso naturalmente estimulou nossos correligionários para que intensificassem a luta.

Chegamos ao Senado, aqueles 16 representantes das unidades federadas, e cada qual trouxe o seu recado, consubstanciando o nosso propósito inabalável de restabelecer o estado democrático de direito. Isso só foi alcançado, na sua plenitude, em 1988, quando eu já estava no segundo mandato de senador.”



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ERNESTO GEISEL

Em 30 de dezembro de 1974, o presidente Ernesto Geisel se dirige à nação em cadeia de rádio e televisão. Reconhece a vitória do MDB e critica a Arena.

“Ressentimentos — e não há razão para cultivá-los — não me tolhem, nem sinto simples constrangimento, que até seria compreensível, ao registrar que o Movimento Democrático Brasileiro, partido da

oposição, alcançou substancial avanço na autenticidade de sua acrescida expressão política.

Acresce mencionar (...) que a Arena aparentemente se beneficiou — e talvez mais correto seria dizer que se desgastou — com o largo período de confortável, mas emoliente posição majoritária. As consequências estão agora à vista. Sirva isso de alerta (...). Na Arena, partido que se comportou como partido único, sem que na realidade o fosse, as dissensões internas sobrepor-se-iam aos objetivos maiores do conjunto, ensejando afirmações mais positivas do partido contrário.”

“A ARENA SE DESGASTOU COM O LARGO PERÍODO DE CONFORTÁVEL, MAS EMOLIENTE MAIORIA”
— PRES. GEISEL, EM 1974

JORNAL DO SENADO

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo 1 do Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília, DF
www.senado.leg.br/jornal • e-mail: jornal@senado.leg.br
Twitter: @Agencia_Senado
facebook.com/SenadoFederal
Tel.: 0800 612211

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Editor-chefe do Jornal: Marcio Maturana
Edição do Encarte: André Fontenelle

Revisão: Fernanda Vidigal, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Diagramação: Claudio Portella
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira
Pesquisa de fotos: Braz Félix

SÉRIE “SENADO 74” (RÁDIO SENADO)
Reportagem: Adriano Faria

Produção: Rodrigo Resende e Anderson Mendanha
Áudio: André Menezes
Edição: Leila Herédia

VÍDEO (AGÊNCIA SENADO)

Imagens: Adriano Kakazu e Tadeu Sposito
Finalização: Bernardo Ururahy
Edição: Maurício Muller e James Gama